

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[MEC recua em edital para livros didáticos](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Absurdos na educação mostram que ignorância não tem ideologia](#)

PAINEL

[Cruzeiro do Sul investe R\\$ 90 milhões e negocia novas aquisições](#)

[Bolsonaro recua e anula texto que dá margem a erros em livros didáticos](#)

[Casal monta escola gratuita para mais de 100 crianças na Grande SP](#)

[Os desafios para uma educação básica de qualidade](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Separa...](#)

[MEC anula mudança em edital que permitia publicidade em livro didático](#)

O GLOBO - RJ

[Livros didáticos](#)

[Damares lamenta 'entrada de teoria da evolução nas escolas](#)

[Nunca é tarde para \(re\)começar](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[MEC recua após edital controverso, e pauta social volta a livros didáticos](#)

[Escolas de negócios discutem se MBA tem prazo de validade](#)

Imprensa Estadual

MEIO NORTE - PI

[Professores farão mestrado na Irlanda](#)

Agências de notícias e sites

CLIQUE ABC

[FSA prorroga até dia 14 as inscrições de concurso público para professores](#)

GAZETA DE VARGINHA - MG

[Mestrado do Grupo Unis está com vagas disponíveis](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Proposta que evita cobranças indevidas aos estudantes beneficiários do Fies será arquivada no fim deste mês](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Ministro de Temer nega autoria de edital de livros publicado por Bolsonaro](#)

AGÊNCIA SENADO

[Desempenho escolar poderá ser um dos critérios para admissão em faculdades](#)

CORREIO WEB

[MEC volta atrás e suspende mudanças de edital de compra de livros didáticos](#)

[Ministério da Educação divulga edital do Fies](#)

PORTAL VEJA

[Ministro da Educação anula edital que permitia livros didáticos com erros](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC anula mudança em edital que permitia publicidade em livro didático](#)

[Quem são os discípulos de Olavo de Carvalho que chegaram ao governo e Congresso](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Vélez nomeia coronel do Exército para gabinete e aumenta influência militar no MEC](#)

BLOG DA CIDADANIA

[Vélez aumenta influência militar no MEC](#)

BONDE NEWS

[Programas de mestrado da UEL captam 44 bolsas](#)

CARGO NEWS - RS

CLIPPING



[Valores de outorga das concessões de ferrovias estão subavaliados, conclui Ferrofronte](#)

CONSULTOR JURÍDICO

[Aposentadoria de Basedow e nomeação de Michaels: mudança no Max-Planck](#)

JC ONLINE

[2. Manifesto da educação ambiental](#)

PORTAL EXTRA

[Vélez nomeia coronel do Exército para gabinete e aumenta influência militar no MEC](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Combate à violência contra a mulher e quilombolas são retirados de edital de livros didáticos](#)

AGÊNCIA VALOR

[MEC retira exigência para que livros abordem violência contra mulher](#)

CORREIO WEB

[Nova subsecretaria do MEC fomentará escolas militares](#)

[MEC exclui violência contra a mulher de edital de livros didáticos](#)

PORTAL EXAME

[MEC libera que livros didáticos usem dado sem fonte e ignorem diversidade](#)

O DIA - PI

[Pais têm dificuldades para matricular filhos](#)

ZERO HORA - RS

[No Ensino Médio, 70% dos estudantes ...](#)

Agências de notícias e sites

BONDE NEWS

[Programas de mestrado da UEL captam 44 bolsas](#)

CANAL ENERGIA

[UFSCar abre inscrições para Mestrado em Engenharia Elétrica](#)

O COLETIVO

["Um País baseado em tecnologia será ponta de lança do desenvolvimento"](#)

O PRESENTE

[UTFPR de Toledo oferta vagas para professores efetivos](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Brasileiros farão doutorado pleno em Yale](#)

PORTAL ISTOÉ

[A importância do EaD no ensino superior](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Câmara dos Deputados lança plataforma educativa Flux](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

MEC recua em edital para livros didáticos

Ministério reconsidera e anula diretrizes que restringiam menções à cultura quilombola e à violência contra a mulher em obras escolares

NOVO GOVERNO

O Ministério da Educação (MEC) desistiu, ontem, da decisão de retirar do edital que regulamenta obras do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) assuntos referentes à cultura quilombola, questões raciais, violência contra a mulher, educação ambiental, educação de jovens e adultos e história afro-brasileira e africana. Além disso, o MEC voltou a proibir expressamente a publicidade no material didático. O primeiro anúncio causou celeuma entre educadores e editoras de livros escolares.

O edital que trazia as mudanças foi anulado sete dias após ter sido publicado no Diário Oficial, em 2 de janeiro, mesma data em que o novo ministro da pasta, Ricardo Vélez, tomou posse. O texto, entretanto, foi produzido ainda no ano passado, e assinado por Rogério Fernando Lot, presidente-substituto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O material com as mudanças foi enviado para publicação em 28 de dezembro, segundo nota emitida pela pasta. No texto de esclarecimentos, o MEC afirmou que o novo edital não terá mais efeito, “tendo em vista os erros que foram detectados no documento”.

O ministério ressaltou ainda o “compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira” e desmentiu “qualquer informação de que o governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital”. A última versão do documento estabelecia critérios para as obras que seriam utilizadas em 2020 por alunos do 6º ao 9º anos do ensino fundamental nas escolas públicas.

Proibições

O texto suspenso suprimia dos critérios de avaliação das obras, por exemplo, a menção à necessidade de “promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder”, “com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda de não violência contra a mulher”.

Além disso, haviam sido retiradas também menções aos quilombolas e aos “povos do campo”, além de proibir que as ilustrações presentes nos livros retratassem a diversidade étnica, social e cultural do povo brasileiro. A proibição a obras sem referências bibliográficas também havia sido retirada do edital (a não ser em obras de projetos integradores), assim como o veto à publicidade (mesmo no caso de análise e interpretação de texto). Propagandas nesse tipo de material são consideradas abusivas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

A Associação Brasileira dos Editores de Livros Didáticos (Abrelivros) afirmou ver “com preocupação” as alterações, tendo em vista que as obras destinadas às escolas já foram entregues desde 31 de novembro de 2018 para avaliação do MEC. Em nota, a Abrelivros ressaltou que o programa tem marcos legais, incluindo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, por isso, “qualquer modificação deve estar em sintonia com o conjunto de leis, diretrizes, resoluções e decretos que o regulam”.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Absurdos na educação mostram que ignorância não tem ideologia

Agenda do governo Bolsonaro tangencia obscurantismo e revisionismo barato

O disparatado edital de livros didáticos que permitia a compra de obras com erros e sem referências bibliográficas mostra como a educação é um setor vulnerável aos cavalos de pau da política. Basta uma canetada para acrescentar anos de atraso ao ensino no país.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-boghossian/2019/01/absurdos-na-educacao-mostram-que-ignorancia-nao-tem-ideologia.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

PAINEL

Brincadeira de criança

Durante toda a quarta (9), o corpo técnico do Ministério da Educação rastreou a tramitação do polêmico edital que abria brechas para a distribuição, por exemplo, de livros sem referência bibliográfica nas escolas. Os documentos mostram que o texto que saiu do MEC no dia 28 de dezembro não continha tais alterações. A mudança ocorreu depois que a peça foi enviada, já no FNDE. O episódio está mal explicado até internamente. Há quem defenda a abertura de investigação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/01/10/mec-constata-que-edital-de-livros-didaticos-foi-modificado-apos-ser-enviado-pela-pasta/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ABERTO

Cruzeiro do Sul investe R\$ 90 milhões e negocia novas aquisições

A Cruzeiro do Sul Educacional vai investir cerca de R\$ 90 milhões em seu plano de expansão neste ano, segundo Fabio Figueiredo, sócio e diretor de planejamento do grupo.

O valor não inclui eventuais aquisições. No ano passado, a empresa incorporou três instituições à rede (duas no Rio Grande do Sul e uma na Paraíba). São dez ao todo hoje.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mercadoaberto/2019/01/liderado-pelo-brasil-acordo-com-canada-inclui-questoes-de-genero-e-meio-ambiente.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Bolsonaro recua e anula texto que dá margem a erros em livros didáticos

Ministro da Educação afirma que versão publicada é de responsabilidade da gestão Temer

Brasília

O governo Bolsonaro recuou sobre mudanças no edital para compra de livros didáticos que havia deixado de exigir das editoras referências bibliográficas e o compromisso com a agenda da não violência contra as mulheres, promoção das culturas quilombolas e dos povos do campo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/governo-bolsonaro-diz-que-vai-de-anular-mudanca-em-edital-de-compra-de-livros.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Casal monta escola gratuita para mais de 100 crianças na Grande SP

Durante 7 anos, até parceria com poder público de Itapevi, eles custearam tudo São Paulo

“Há 18 anos, em parceria com nossos vizinhos, meu marido e eu decidimos criar uma escola comunitária dentro do nosso terreno. No início, eram oito alunos e, hoje, são

mais de 100 crianças, de 3 a 6 anos. Alguns estudantes da primeira turma já estão na universidade. Pode ser uma boa pauta para a Folha”.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/12/casal-monta-escola-gratuita-para-mais-de-100-criancas-na-grande-sp.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Os desafios para uma educação básica de qualidade

Entre as necessidades estão melhorar a gestão, a infraestrutura das escolas e o aperfeiçoamento dos professores

Uma educação básica de qualidade é importante para as gerações atuais e futuras e ajudará a impulsionar o desenvolvimento social e econômico do país.

Mas somente com uma política de Estado permanente e estável, explica o professor Célio da Cunha, o país poderá vencer o desafio da educação nacional para a inclusão com qualidade para a população.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/julioabramczyk/2019/01/os-desafios-para-uma-educacao-basica-de-qualidade.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Separa...

Uma fonte que conhece o funcionamento do MEC diz que o episódio envolvendo as mudanças no edital de compra de livros didáticos pode ter sido boicote. Comenta-se que os funcionários da pasta estão insatisfeitos com as demissões e o novo jeito de trabalhar de Ricardo Vélez.

...que é briga. Servidores estranharam o novo ritmo de trabalho. Vélez vai embora por volta das 18h. Seu antecessor, Rossieli Soares, trabalhava até as 21h.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC anula mudança em edital que permitia publicidade em livro didático

Educação. Aviso no ‘Diário Oficial’ de 2 de janeiro também retirava obrigatoriedade de referências bibliográficas nos materiais comprados. Governo Bolsonaro diz que alteração foi realizada na gestão anterior; ministro de Temer afirma não ter feito mudança

O governo de Jair Bolsonaro informou que vai anular as mudanças nos critérios de avaliação dos livros didáticos, como o fim da exigência de referências bibliográficas e o veto à publicidade nas obras, após a medida ter sido revelada pelo estadao.com.br ontem. Aviso publicado no Diário Oficial da União em 2 de janeiro sobre o edital que regula a compra dos livros também havia tornado menos rígido o controle de erros de revisão e impressão nos materiais. Segundo especialistas, as alterações poderiam permitir a aprovação de obras de baixa qualidade.

O Ministério da Educação (MEC) compra livros didáticos para todas as escolas públicas do País. São cerca de 150 milhões de obras por ano, com custo de R\$ 1 bilhão. As mudanças tinham sido feitas no programa cujos livros serão adquiridos para o ensino fundamental 2 (6.º a 9.º ano) e entregues em 2020.

Entre os outros trechos que haviam sido suprimidos, estava o que dizia que as obras deveriam “promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo”. Metade de um item que se referia às mulheres também havia sido cortado. Dizia que os livros deveriam dar “especial atenção” ao compromisso educacional com “a agenda da não violência contra a mulher”.

Em nota divulgada na noite de ontem, o governo informou que “os erros foram detectados no documento cuja produção foi realizada pela gestão anterior do MEC e enviada em 28 de dezembro de 2018”. Integrantes da atual equipe já trabalhavam na transição dentro da pasta desde o início de dezembro.

Ex-ministro da Educação na gestão de Michel Temer, Rossieli Soares disse que “não pode se responsabilizar” pelos erros. Segundo ele, em dezembro, sua gestão pediu uma única mudança no edital para esclarecer regras sobre arquivos de áudio que acompanham os livros. “Não pedimos nenhuma alteração que diminua o papel da mulher ou do quilombola, pelo contrário, fizemos uma retificação em outubro que deixou mais clara a importância disso”, afirmou Rossieli, agora secretário da Educação do governo João Doria (PSDB), em São Paulo.

Segundo uma servidora disse ao Estado, havia uma versão do edital sem todas essas menções em agosto. E que ela mesma pediu alterações para que ficasse mais claro que não poderia haver erros nos livros e que as referências bibliográficas eram cruciais. Ela também requisitou que o texto deixasse mais clara a necessidade de valorização dos quilombolas e mulheres nas obras didáticas. Todas essas mudanças foram feitas e publicadas em outubro. Em dezembro, a mesma servidora pediu novas modificações, relacionadas aos arquivos de áudio, como mencionou o ex-ministro.

Em 2 de janeiro, no entanto, foi publicado no Diário Oficial um link para uma versão que não tinha as mudanças feitas em outubro, somente a modificação relacionada ao arquivo de áudio. O texto é semelhante ao que existia em agosto. Quem assina o “aviso de alteração” é um substituto do presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC que cuida dos livros didáticos, Rogério Fernando Lot. O presidente do FNDE na gestão Temer, Sílvio Pinheiro, já não estava mais no MEC.

A nota do ministério diz ainda que “reitera o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira e desmente qualquer informação de que o governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital”. A decisão de anular as mudanças foi tomada mais de seis horas depois de o Estado revelar a medida.

Repercussão. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do MEC foi se tornando, ao longo dos anos, muito rígido na escolha das obras, o que é elogiado no setor educacional. Por exemplo: materiais que tivessem erros em mais de 10% das páginas eram desclassificados. “O programa tem cada vez menos subjetividade da avaliação, é mais transparente, com menos ideologia. Esperamos que isso continue”, diz a diretora da Associação Brasileira de Editoras de Livros Escolares (Abrelivros), Vera Cabral.

A notícia ontem de que o edital havia sido mudado deixou atônitos autores, representantes de editoras e educadores. Antes da posse de Bolsonaro, especialistas tinham receio da política que viria para obras escolares. Isso porque o general Aléssio Ribeiro Souto, que fazia parte do grupo que discutia educação no futuro governo, disse ao Estado, que se estudava fazer revisão das bibliografias para evitar que crianças fossem expostas a ideologias e conteúdo impróprio. Afirmou ainda que os professores deveriam contar a “verdade” sobre o “regime de 1964”.

Os especialistas tinham considerado grave a retirada de exigência de referências bibliográficas nos livros. “Poderia se escrever que a Terra é plana e não mostrar nenhum embasamento teórico científico”, disse uma autora, que preferiu não ter o nome publicado.

“A valorização do pensamento científico é muito importante para qualquer sociedade, Os alunos precisam aprender a importância de se saber onde veio a informação”, acrescentou a presidente executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz.

A preocupação era de que se o texto ficasse como estava poderiam ser aprovados livros de menor qualidade. O edital que havia sido mudado faz parte de um processo que começou no ano passado. O MEC já recebeu todos os livros que se candidataram para estar nas escolas em 2020 e vai fazer a avaliação neste semestre. Os que respeitarem as exigências do edital e forem aprovados ficam aptos para serem comprados para as escolas.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Livros didáticos

Após polêmica, MEC suspende mudanças

O Ministério da Educação (MEC) revogou alteração feita no edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2020, publicada em 2 de janeiro no Diário Oficial. O novo texto retirava a restrição de publicidade nas obras didáticas, suprimia o trecho que exigia que a obra estivesse “isenta de erros” e a determinação de incluir referências bibliográficas. O combate à violência contra a mulher e a promoção da cultura quilombola também não estavam mais no documento.

Após uma onda de críticas, o MEC suspendeu as alterações e afirmou que a retificação havia sido feita pela gestão anterior e enviada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em 28 de dezembro, às vésperas do fim do mandato Temer. Ao GLOBO, o ex-ministro da Educação Rossieli Soares negou que as mudanças tenham sido feitas sob sua gestão: —Não houve nenhum pedido de mudança do governo anterior em relação a qualquer supressão relacionada a conteúdos, à educação quilombola, ou a mulheres. Ao contrário, na nossa gestão, em 27 de setembro, fizemos alteração ampliando o trabalho desses temas.

Soares também negou alterações relativas a publicidade e referências bibliográficas. — Houve um desencontro, alguma falha de versões, algo operacional —disse ele, afirmando que fez apenas uma mudança técnica no dia 28 de dezembro, relativa a regras de conteúdo audiovisual. O edital serve de orientação para a aquisição de obras distribuídas pelo governo a alunos das escolas públicas. Nesse edital específico, as obras eram relativas aos anos finais do ensino fundamental.

A atual gestão do MEC reiterou "o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população e desmentiu qualquer informação de que o governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital". Para a presidente-executiva do movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, alterações a todo momento são ruins para o processo: —Tantas mudanças criam insegurança jurídica no processo, que é extremamente longo, e qualquer mudança de regra no meio do jogo não é boa.

Ainda que a indecisão seja vista como prejudicial, a revogação da medida foi considerada positiva. Na opinião de Andressa Pellanda, coordenadora de políticas educacionais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o recuo demonstra, no entanto, desconhecimento por parte do governo, já que o conteúdo foi publicado sob sua liderança. —Importante ter derrubado essa mudança, inclusive porque demonstra que a reação da opinião de especialistas e da comunidade escolar e acadêmica fez pressão no governo — afirmou Pellanda.

—Esse vaivém demonstra que decisões não têm sido tomadas com bases técnicas e são bastante frágeis. O governo não parece entender as políticas que edita e publica. Mais cedo, a retificação no edital foi amplamente criticada. De acordo com especialistas, as mudanças deixariam brechas para questões preocupantes como a possibilidade de veiculação de publicidade nos livros escolares e a não exigência de referências bibliográficas na estrutura editorial dos livros, o que, na prática, poderia facilitar a veiculação de conteúdos que não fossem pautados por conhecimentos científicos, por exemplo.

CONSCIENTIZAÇÃO POPULAR

Os educadores criticaram ainda a supressão da exigência de conteúdo que abordasse o combate à violência contra a mulher. Um trecho do texto informava que as obras selecionadas deveriam "promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, valorizando sua visibilidade e protagonismo social, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não violência contra a mulher". Na versão alterada, o trecho sobre a não violência contra a mulher seria suprimido.

A medida, segundo educadores, teria impacto muito negativo, uma vez que o livro didático é uma ferramenta importante de conscientização da população. As diferenças entre os documentos também incluíam a menção a quilombolas. No documento anterior à alteração, havia o trecho: "Promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo". No documento alterado (e agora revogado), as palavras "quilombola" e "povos do campo" não apareceriam.

No ano passado, o MEC suprimiu o combate à homofobia e à transfobia do edital do programa. O governo Temer também alterou o processo de seleção dos livros, antes comandado pelas universidades federais.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Damares lamenta 'entrada de teoria da evolução nas escolas

Em entrevista de 2013, ministra disse que evangélicos deveriam ocupar ciência

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, disse em 2013, em uma entrevista, que a Igreja perdeu espaço na sociedade brasileira ao "deixar a teoria da evolução entrar nas escolas". Em entrevista à pastora Cynthia Ferreira, do portal "Fé em Jesus", quando questionada sobre o papel da Igreja e dos fiéis na política, Damare deu a entender que os evangélicos precisavam "ocupar a ciência".

—A Igreja Evangélica perdeu espaço na História. Nós perdemos o espaço na ciência quando nós deixamos a teoria da evolução entrar nas escolas. Quando nós não questionamos. Quando nós não fomos ocupar a ciência. A Igreja Evangélica deixou a ciência para lá. "Ah, vamos deixar a ciência caminhar sozinha." E aí cientistas tomaram conta dessa área. E nós nos afastamos —disse Damare.

Em nota, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos afirma que "a declaração ocorreu no contexto de uma exposição teológica e não tem qualquer relação com as políticas públicas que serão fomentadas por este ministério". "Não há relação entre a atuação da titular desta pasta como líder religiosa e suas funções como gestora pública."

"TERRIVELMENTE CRISTÃ"

Damare tem se envolvido em uma série de polêmicas devido à sua visão religiosa. Ao assumir o cargo, afirmou: "o Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã". Nos bastidores, foi filmada eufórica, aos pulos, dizendo que começaria no país "uma nova era", onde "menino veste azul, e menina veste rosa". Diante da repercussão negativa do vídeo, disse que era apenas "uma metáfora".

A ministra criticou o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o programa que, através da nota do Enem, permite que o estudante se candidate a uma vaga universitária longe do local onde mora. Damare ressaltou que não fazia uma crítica ao exame, mas considerava importante manter uma "ideologia de proteção à família". O Ministério da Educação, responsável pela aplicação do exame, não comentou suas declarações. Recentemente, Damare desistiu de lançar sua autobiografia, "Jesus sobe no pé de goiaba", previsto para o dia 30 de dezembro.

A ministra anunciou o cancelamento do evento em sua conta no Instagram, mas negou qualquer relacionamento com a obra. No site da editora Canadense, a publicação é assinada na capa por Damare e por Mauri Filho, dono da empresa. Na imagem reproduzida pela ministra em sua rede social, porém, seu nome foi apagado.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

Nunca é tarde para (re)começar

Tanto o número quanto o percentual de estudantes com 51 anos ou mais nas faculdades brasileiras estão aumentando nos últimos anos, segundo levantamento da Consultoria IDados com base em números do Ministério da Educação.

Com isso, cresceu também o número de estudantes com 51 anos ou mais que concluíram o Ensino Superior: eram 22,7 mil, em 2009, e passou para 33,5 mil, em 2017.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

MEC recua após edital controverso, e pauta social volta a livros didáticos

A profissional ainda lembra que o edital foi feito tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de referência para os novos currículos do ensino infantil e fundamental, já aprovado em 17 Estados e no Distrito Federal.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6058231/mec-recua-apos-edital-controverso-e-pauta-social-volta-livros-didaticos>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Escolas de negócios discutem se MBA tem prazo de validade

Quando a Association of MBAs (Amba), órgão de credenciamento de cursos de pós-graduação em administração, dá sua aprovação ao programa de MBA de uma escola de negócios, ela faz isso pelo período máximo de cinco anos. Mas quando essa mesma escola de negócios concede um desses diplomas, é algo para a vida toda.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6058127/escolas-de-negocios-discutem-se-mba-tem-prazo-de-validade>

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Professores farão mestrado na Irlanda

A iniciativa é parte do Programa de Desenvolvimento Continuado (CPB), parceria entre a CAPES e o Mary Immaculate College

Até 90 professores da educação básica receberão bolsa da **CAPES** para fazer mestrado profissional em um dos maiores centros de formação de docentes da Irlanda. A iniciativa é parte do Programa de Desenvolvimento Continuado (CPB), parceria entre a **CAPES** e o Mary Immaculate College. Conforme acordo firmado entre as duas instituições, a faculdade irlandesa oferecerá um curso de mestrado profissional de um ano na área de Mentoria e Liderança em Educação. Como preparação, o programa inclui uma imersão de aperfeiçoamento em língua inglesa. O mestrado terá módulos sobre orientação, liderança escolar e perspectivas globais sobre educação. Haverá três processos seletivos, e o primeiro será lançado nos próximos meses. Os próximos ocorrerão em 2020 e 2021. A ideia do acordo surgiu com a entrega do Prêmio Professores do Brasil, que aproximou as duas instituições. Em 2018, os agraciados participaram de uma visita técnica organizada pela instituição irlandesa. O encontro envolveu palestras do corpo docente da MIC, visitas a escolas, reuniões com professores e diretores e participação em uma conferência sobre ensino de segunda língua. O itinerário incluiu visitas a locais culturais e excursões educacionais a Belfast e Dublin.

topo ↕

CLIQUE ABC - TEMPO REAL

FSA prorroga até dia 14 as inscrições de concurso público para professores

Da Redação – A Fundação Santo André (FSA) prorrogou para 14 de janeiro as inscrições do concurso público para o preenchimento de 6 vagas e formação de cadastro reserva para cargos Professor de Nível Superior para Graduação. A execução está sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação – IBFC.

As inscrições para o concurso público (para o edital retificado acesse

encurtador.com.br/cuyO9) serão realizadas exclusivamente pela Internet, no endereço eletrônico do IBFC – www.ibfc.org.br, mediante taxa de R\$ 150,00.

A prova será objetiva de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, e está marcada para o dia 27 de janeiro (domingo), no Centro Universitário da FSA (Av. Príncipe de Gales, 821 – Santo André – SP).

As oportunidades são para as áreas de Filosofia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, História, Nutrição, Psicologia, Comunicação Social, Química, Serviço Social, Gestão da Tecnologia da Informação, Sistemas de Informação, Ciência ou Engenharia de Computação, Engenharia de Software, Ciências Econômicas, Engenharia de Materiais, Ciências Biológicas e/ou Química, Administração ou Comunicação, Letras, Física ou Engenharia de qualquer área, Administração ou Engenharia de Produção, Geografia, Direito, História, entre outras.

Para participar o candidato deve ter diploma registrado de curso superior na área em que concorrerá, acrescido de especialização ou 50% dos créditos em programas de mestrado recomendado pela CAPES ou, ainda, preferencialmente, mestrado ou doutorado na área escolhida. A contratação será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

topo ↕

GAZETA DE VARGINHA - MG - TEMPO REAL

Mestrado do Grupo Unis está com vagas disponíveis

No segundo semestre de 2018 o Grupo Unis foi autorizado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a lançar o primeiro programa de Mestrado da Instituição.

O Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional (MGDR) possui caráter interdisciplinar, complementando a formação de graduados nas mais diversas áreas: administração, assistência social, direito, economia, pedagogia, psicologia e demais licenciaturas, bacharelados e tecnólogos.

O processo seletivo para o programa está aberto, e as inscrições, bem como a entrega dos documentos necessários, devem ser realizadas até o dia 25 de janeiro, sendo as provas específicas e de proficiência aplicadas no dia 04 de fevereiro. O início das aulas está marcado para o dia 08 de março.

O programa será desenvolvido ao longo de duas linhas de pesquisa: Gestão, Organizações e Políticas de Desenvolvimento, cujo objetivo é pesquisar as políticas públicas de caráter local e regional e os processos de gestão das organizações, bem como a integração entre eles; e Processos Formativos e Desenvolvimento, com o objetivo de investigar as dimensões teóricas e práticas relacionadas aos processos de formação em geral, orientados para o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.

As atividades do programa acontecem nas sextas-feiras, nos períodos da tarde e noite, e sábados, com aulas presenciais e orientações dos mestrandos realizadas na Cidade Universitária. O edital com todas as informações sobre o Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional pode ser acessado pelo site do Unis.

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Proposta que evita cobranças indevidas aos estudantes beneficiários do Fies será arquivada no fim deste mês

O tema, no entanto, poderá voltar à discussão na Câmara a partir de 1º de fevereiro, quando os deputados eleitos em outubro tomarão posse

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) existe desde 2001, conduzido pelo Ministério da Educação. Por meio do Fies, milhares de estudantes matriculados em faculdades particulares conseguiram melhores condições de financiamento do curso superior. Porém, alguns problemas surgiram na execução do programa, como explica o deputado Diego Garcia, do PHS do Paraná.

"Em 2015, com a dificuldade de repasses do governo federal para as mantenedoras, muitas IEs cobraram indevidamente dos estudantes beneficiários do Fies valores financiados pelo fundo. Embora a prática já fosse proibida nas normas regulamentares, a determinação não era suficientemente clara e ficou sujeita ao não cumprimento efetivo".

Foi por isso que o deputado Kaio Maniçoba, do Solidariedade de Pernambuco, apresentou uma proposta (PL 2446/15) para evitar tais cobranças indevidas. O texto consolida várias portarias do Ministério da Educação sobre o tema e as coloca explicitamente na lei que criou o Fies (Lei 10.260/01).

Diego Garcia, que relatou a proposta na Comissão de Educação da Câmara, esclarece que um dos itens estende ao estudante com atraso na renovação da matrícula semestral o benefício de pagar parte das parcelas sem multa nem juro.

"Dessa forma, amplia-se o leque de proteção aos alunos quanto a cobranças indevidas. É necessário especificar que a isenção de juros e multa incide apenas sobre a matrícula e sobre as parcelas vigentes do período em que se tentou concluir o contrato de financiamento do Fies".

A proposta também amplia a segurança jurídica quanto aos repasses de recursos federais às mantenedoras das instituições de ensino superior. Essa medida é elogiada pelo assessor jurídico da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Bruno Coimbra.

"Já aconteceram atrasos que geraram prejuízos terríveis para as instituições. Então, a gente entende que essa previsão na lei, até por ser uma questão orçamentária, vai criar um melhor cenário de previsibilidade do recebimento dos valores do Fies para as mantenedoras".

A proposta que evita cobranças indevidas aos estudantes beneficiários do Fies não teve a votação concluída nesta Legislatura e, por isso, será arquivada no fim do mês. O tema, no entanto, poderá voltar à discussão na Câmara a partir de 1º de fevereiro, quando os deputados eleitos em outubro tomarão posse e poderão reapresentar textos discutidos anteriormente.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Ministro de Temer nega autoria de edital de livros publicado por Bolsonaro

Brasília

O ex-ministro da Educação Rossieli Soares Silva negou que são de autoria do governo Michel Temer as alterações contidas no edital de compra de livros didáticos, que havia

deixado de exigir das editoras referências bibliográficas e o compromisso com a agenda da não violência contra as mulheres, promoção das culturas quilombolas e dos povos do campo.

Após a revelação de que o edital foi alterado, o ministério da Educação do governo Bolsonaro soltou nota afirmando que as mudanças eram de responsabilidade do governo anterior e que iria anulá-las, mantendo o texto original.

"Nossa gestão nunca discutiu essas questões. Na verdade, em retificações anteriores deixamos mais claras questões como relacionadas às mulheres", disse o ex-ministro à Folha. "Todos os atos a partir do dia 1º de janeiro são de responsabilidade do novo governo."

A publicação pelo governo Bolsonaro de uma revisão do edital dos livros foi revelada pela Folha nesta quarta-feira (9). O jornal mostrou que a medida suprimiu trechos, como o compromisso com a agenda da não violência contra as mulheres e a promoção das culturas quilombolas e dos povos do campo. O jornal O Estado de S. Paulo, em seguida, mostrou que uma das mudanças se referia à exclusão da exigência das referências bibliográficas.

Silva encaminhou à reportagem arquivo com as alterações pedidas por sua equipe ao edital e que não incluem os trechos polêmicos. São 14 alterações de redação de trechos, principalmente sobre regras para desclassificação de obras que não tivessem arquivos de áudios.

A reportagem pediu esclarecimentos ao MEC na tarde de terça-feira (8) e somente após a publicação, no início da tarde de quarta, e repercussão negativa da reportagem o ministério da Educação de Bolsonaro divulgou nota.

Segundo a Folha apurou, a equipe de transição de Bolsonaro acompanhou todos os últimos atos da pasta. Houve 17 encontros e o processo de transição começou no dia 3 de dezembro. Em nota, o ministro Ricardo Vélez informou que o texto retificado será anulado. "O MEC reitera o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira e desmente qualquer informação de que o Governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital", diz a nota.

A nova edição do edital do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) de 2020 foi publicado no dia 2 de janeiro, segundo dia do governo Bolsonaro.

topo ↕

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

Desempenho escolar poderá ser um dos critérios para admissão em faculdades

BIE - Projeto cria incentivo para alunos carentes terminarem o ensino médio.

Estudantes do ensino médio cuja renda familiar mensal per capita não exceder a 1,5 salário mínimo podem passar a receber um benefício financeiro para a conclusão de seus estudos, desde que estejam regularmente matriculados na rede pública de ensino.

As regras constam do Projeto de Lei do Senado (PLS) 399/2018, que institui o Programa Poupança Jovem, e que aguarda o recebimento de emendas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde será analisado em caráter terminativo. Na foto,

as escolas estaduais estão intensificando as atividades na preparação dos estudantes para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que acontece 5 e 6 de novembro deste ano. No Colégio Estadual Ruben Dário, no bairro de San Martin, em Salvador, a semana será de simulados. Para abranger todas as áreas do conhecimento, as provas começaram nesta segunda-feira (25) e prosseguem até quinta (28), oportunizando aos alunos do 3º ano do Ensino Médio e da Educação Profissional vivenciar situações semelhantes às do dia da avaliação. Foto: Suami Dias/GOVBA

Alunos do 3º ano do ensino médio de Salvador em aula preparatória para o Enem: caso projeto seja aprovado, as notas do histórico escolar poderão ter o mesmo peso no acesso à universidade

O desempenho escolar do estudante durante os ensinos fundamental e médio poderá ser um dos critérios para a admissão no ensino superior, tendo igual peso ao da nota do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem. A proposta foi apresentada no projeto de lei (PLS 441/2018), do ex-senador Aírton Sandoval (MDB-SP). A intenção é equilibrar as condições de acesso ao ensino superior. A matéria está em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde aguarda a designação de um relator.

Outro objetivo da proposta, segundo o autor, é contribuir para a melhoria do ambiente de ensino-aprendizagem durante a educação básica, especialmente no ensino médio. Para Sandoval, a aferição de desempenho a cada ano motivará os estudantes a se dedicar mais durante todo o período escolar e será um importante instrumento na busca da melhoria da qualidade do ensino.

O projeto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 1996) para acrescentar o histórico escolar como critério de aprovação nos processos seletivos de universidades e faculdades. Pelo texto, o desempenho do aluno terá peso igual ao da nota de avaliação nacional do ensino médio, hoje feito por meio do Enem.

Vestibular

Universidades públicas e privadas de todas as regiões do país usam a nota do Enem como critério para selecionar candidatos para os seus cursos. Em algumas instituições é a única forma de seleção, em outras a nota pode ser utilizada como um complemento ao vestibular. Existem ainda instituições que aderiram parcialmente ao Enem e ainda mantêm vestibulares próprios, como é o caso da Universidade de Brasília (UnB).

Sandoval defende uma revisão da essência do vestibular, por se tratar de uma avaliação “pontual finalística do rendimento acadêmico”. Ele argumenta que historicamente o acesso à universidade “tem sido feito não em razão da capacidade de cada um, mas das oportunidades sociais, econômicas e, por consequência, de estudo”. O senador explica que o projeto é uma alternativa à “perversidade do sistema” de vestibulares seletivos muito disputados.

“Aqueles que têm acesso a escolas privadas durante a educação básica ou a cursinhos preparatórios caros são normalmente os que acedem à graduação pública e de qualidade, enquanto que aos estudantes de escolas públicas são negadas as vagas por total falta de igualdade de condições de competição nos disputadíssimos processos seletivos, ainda que tenham tido um bom aproveitamento curricular ao longo de sua formação”, afirmou na justificativa do projeto.

Se for aprovado na CE e não houver recurso para votação em Plenário, o projeto seguirá para a análise da Câmara dos Deputados.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MEC volta atrás e suspende mudanças de edital de compra de livros didáticos

Em nota, a pasta afirmou que o quinto aviso de retificação não tem efeito

O Ministério da Educação (MEC) recuou na decisão de eliminar assuntos como cultura quilombola, questões raciais, violência contra a mulher, educação ambiental, educação de jovens e adultos e história afro-brasileira e africana do edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Em nota, a pasta afirmou que o quinto Aviso de Retificação passa a não ter efeito. O texto inicial foi publicado no último dia 2. No entanto, segundo o MEC, o conteúdo da retificação havia sido elaborado ainda na gestão anterior, de Michel Temer, e enviado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 28 de dezembro do ano passado.

A justificativa do ministro é que foram detectados "erros" no documento. "O MEC reitera o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira e desmente qualquer informação de que o governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital", diz a nota.

Confira a nota do MEC na íntegra:

"O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, decidiu tornar sem efeito o 5º Aviso de Retificação do edital do PNLD 2020, publicado no dia 2 de janeiro, tendo em vista os erros que foram detectados no documento cuja produção foi realizada pela gestão anterior do MEC e enviada ao FNDE em 28 de dezembro de 2018.

O MEC reitera o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira e desmente qualquer informação de que o Governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital."

Polêmica

A mudança no edital havia causado polêmica. A nova versão do documento, que estabelece critérios para as obras que serão usadas do 6º ao 9º anos do ensino fundamental nas escolas públicas em 2020, suprimiu trecho que previa que livros não devem ter erros de revisão ou impressão, como antes, o que poderia comprometer a qualidade do material.

A proibição a obras sem referências bibliográficas também havia sido retirada de parte do edital (a não ser em obras de projetos integradores). O veto à publicidade (mesmo no caso de análise e interpretação de texto) nos livros também havia sido retirado do edital. Propagandas nesse tipo de material são consideradas abusivas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Além disso, alguns temas haviam sido retirados da parte do edital que orientava que determinados assuntos fossem trabalhados nas obras. Entre as temáticas excluídas

estavam a promoção da cultura quilombola e dos povos dos campos e o combate e a prevenção da violência contra a mulher. Outra orientação deixada de fora do documento era a que previa que as ilustrações dos livros retratassem a diversidade étnica, social e cultural do povo brasileiro.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Ministério da Educação divulga edital do Fies

Inscrições poderão ser feitas entre 5 e 12 de fevereiro

Eu, Estudante

O edital do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies) foi divulgado nesta quarta-feira (9) pelo Ministério da Educação (MEC). Os editais se referem ao primeiro semestre de 2019.

As inscrições no processo seletivo poderão ser feitas entre 5 e 12 de fevereiro, exclusivamente pela internet, na página do Fies.

Para conseguir o financiamento é preciso ter renda familiar de, no máximo, três salários mínimos por membro e estar matriculado em um curso superior cadastrado no programa e com avaliação positiva do MEC. Candidatos inadimplentes com o programa ou que já tenham sido contemplados anteriormente não podem participar.

No caso do Fies, os juros do financiamento são de zero por cento. O P-Fies, em contrapartida, tem juros variáveis e está voltado a estudantes com renda familiar de até cinco salários mínimos. Em ambos os casos, para concorrer a uma vaga, é necessário que o candidato tenha feito uma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com média igual ou superior a 450 pontos, e obtido nota maior que zero na redação.

O edital completo está disponível no Diário Oficial da União.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Ministro da Educação anula edital que permitia livros didáticos com erros

Vélez Rodríguez diz que documento foi produzido no governo Michel Temer e sua decisão se baseia em erros

O ministro da Educação do governo Jair Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, anulou nesta quarta-feira, 9, o edital em que a pasta permitia que livros didáticos comprados para escolas do Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano) contivessem erros de revisão e não precisassem mais de referências bibliográficas.

O documento valeria para os livros entregues às escolas em 2020 e as mudanças, feitas no Anexo 3 do edital, que trata dos “Critérios para Avaliação das Obras Didáticas”, também descartavam a necessidade de o material retratar a diversidade étnica da população, de abordar o tema sobre não agressão às mulheres e de mencionar povos, como os quilombolas, entre outros tópicos revogados.

Segundo nota divulgada pelo Ministério da Educação (MEC), o edital foi feito ainda no governo do ex-presidente Michel Temer (MDB) e enviado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 28 de dezembro de 2018. A decisão de Vélez Rodríguez, diz o comunicado, foi tomada “tendo em vista os erros que foram detectados no documento”.

“O MEC reitera o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira e desmente qualquer informação de que o Governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital”, afirma a nota do MEC.

O item L do edital, segundo o qual a obra deveria “estar isenta de erros de revisão e/ou impressão”, havia sido retirado do documento. Assim, poderiam ser aprovados até mesmo livros com erros gramaticais. “Incluir referências bibliográficas” também não seria mais necessário, o que permitiria que o material de estudo não fosse baseado em pesquisas científicas.

O edital também tinha derrubado a obrigatoriedade de as ilustrações nos livros retratarem “a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país” e a previsão de atividades “que estimulem observação, curiosidade, experimentação, interpretação, análise, discussões de resultados, criatividade, síntese, registros e comunicação”.

As orientações agora invalidadas haviam revogado ainda itens como “o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher” e menções a quilombolas e povos do campo.

Os livros do Ensino Fundamental também não precisariam mais estar isentos de publicidade de marcas, produtos ou serviços comerciais. Assim, uma publicação poderia, por exemplo, incluir um anúncio publicitário verdadeiro para análise em sala de aula.

Leia abaixo a íntegra da nota divulgada pelo Ministério da Educação:

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, decidiu tornar sem efeito o 5º Aviso de Retificação do edital do PNLD 2020, publicado no dia 2 de janeiro, tendo em vista os erros que foram detectados no documento cuja produção foi realizada pela gestão anterior do MEC e enviada ao FNDE em 28 de dezembro de 2018.

O MEC reitera o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira e desmente qualquer informação de que o Governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC anula mudança em edital que permitia publicidade em livro didático

São Paulo

O governo de Jair Bolsonaro informou que vai anular as mudanças nos critérios de avaliação dos livros didáticos, como o fim da exigência de referências bibliográficas e o veto à publicidade nas obras, após a medida ter sido revelada pelo estadao.com.br nesta quarta-feira, 9. Aviso publicado no Diário Oficial da União em 2 de janeiro sobre o edital que regula a compra dos livros também havia tornado menos rígido o controle de erros de revisão e impressão nos materiais. Segundo especialistas, as alterações

poderiam permitir a aprovação de obras de baixa qualidade.

O Ministério da Educação (MEC) compra livros didáticos para todas as escolas públicas do País. São cerca de 150 milhões de obras por ano, com custo de R\$ 1 bilhão. As mudanças tinham sido feitas no programa cujos livros serão adquiridos para o ensino fundamental 2 (6.º a 9.º ano) e entregues em 2020.

Entre os outros trechos que haviam sido suprimidos, estava o que dizia que as obras deveriam "promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo". Metade de um item que se referia às mulheres também havia sido cortado. Dizia que os livros deveriam dar "especial atenção" ao compromisso educacional com "a agenda da não violência contra a mulher".

Em nota divulgada na noite de ontem, o governo informou que "os erros foram detectados no documento cuja produção foi realizada pela gestão anterior do MEC e enviada em 28 de dezembro de 2018". Integrantes da atual equipe já trabalhavam na transição dentro da pasta desde o início de dezembro.

Ex-ministro da Educação na gestão de Michel Temer, Rossieli Soares disse que "não pode se responsabilizar" pelos erros. Segundo ele, em dezembro, sua gestão pediu uma única mudança no edital para esclarecer regras sobre arquivos de áudio que acompanham os livros. "Não pedimos nenhuma alteração que diminua o papel da mulher ou do quilombola, pelo contrário, fizemos uma retificação em outubro que deixou mais clara a importância disso", afirmou Rossieli, agora secretário da Educação do governo João Dória (PSDB), em São Paulo.

Segundo uma servidora disse ao jornal O Estado de S. Paulo, havia uma versão do edital sem todas essas menções em agosto. E que ela mesma pediu alterações para que ficasse mais claro que não poderia haver erros nos livros e que as referências bibliográficas eram cruciais. Ela também requisitou que o texto deixasse mais clara a necessidade de valorização dos quilombolas e mulheres nas obras didáticas. Todas essas mudanças foram feitas e publicadas em outubro. Em dezembro, a mesma servidora pediu novas modificações, relacionadas aos arquivos de áudio, como mencionou o ex-ministro.

Em 2 de janeiro, no entanto, foi publicado no Diário Oficial um link para uma versão que não tinha as mudanças feitas em outubro, somente a modificação relacionada ao arquivo de áudio. O texto é semelhante ao que existia em agosto. Quem assina o "aviso de alteração" é um substituto do presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC que cuida dos livros didáticos, Rogério Fernando Lot. O presidente do FNDE na gestão Temer, Silvio Pinheiro, já não estava mais no MEC.

A nota do ministério diz ainda que "reitera o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira e desmente qualquer informação de que o governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital". A decisão de anular as mudanças foi tomada mais de seis horas depois de o Estado revelar a medida.

Repercussão

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do MEC foi se tornando, ao longo dos anos, muito rígido na escolha das obras, o que é elogiado no setor educacional. Por exemplo: materiais que tivessem erros em mais de 10% das páginas eram desclassificados. "O programa tem cada vez menos subjetividade da avaliação, é mais transparente, com menos ideologia. Esperamos que isso continue", diz a diretora da Associação Brasileira de Editoras de Livros Escolares (Abrelivros), Vera Cabral.

A notícia ontem de que o edital havia sido mudado deixou atônitos autores, representantes de editoras e educadores. Antes da posse de Bolsonaro, especialistas tinham receio da política que viria para obras escolares. Isso porque o general Aléssio Ribeiro Souto, que fazia parte do grupo que discutia educação no futuro governo, disse ao jornal, que se estudava fazer revisão das bibliografias para evitar que crianças fossem expostas a ideologias e conteúdo impróprio. Afirmou ainda que os professores deveriam contar a "verdade" sobre o "regime de 1964".

Os especialistas tinham considerado grave a retirada de exigência de referências bibliográficas nos livros. "Poderia se escrever que a Terra é plana e não mostrar nenhum embasamento teórico científico", disse uma autora, que preferiu não ter o nome publicado.

"A valorização do pensamento científico é muito importante para qualquer sociedade, Os alunos precisam aprender a importância de se saber onde veio a informação", acrescentou a presidente executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz.

A preocupação era de que se o texto ficasse como estava poderiam ser aprovados livros de menor qualidade. O edital que havia sido mudado faz parte de um processo que começou no ano passado. O MEC já recebeu todos os livros que se candidataram para estar nas escolas em 2020 e vai fazer a avaliação neste semestre. Os que respeitarem as exigências do edital e forem aprovados ficam aptos para serem comprados para as escolas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Quem são os discípulos de Olavo de Carvalho que chegaram ao governo e Congresso

Alunos e admiradores do filósofo ocupam postos em três ministérios e no Palácio do Planalto, superando a influência da bancada evangélica na montagem do governo e rivalizando com ruralistas e militares.

"Vivi para ver um filósofo indicar mais gente para o governo do que o PMDB" - a frase, dita à BBC News Brasil pelo cineasta Josias Teófilo, expõe a empolgação de admiradores do escritor Olavo de Carvalho com a nomeação de vários de seus discípulos para cargos na gestão Jair Bolsonaro.

"Quem diria que um monarquista se tornaria um dos homens mais influentes da República", completa Teófilo citando o regime político defendido pelo escritor - personagem do documentário O Jardim das Aflições, que ele dirigiu em 2016.

A BBC News Brasil listou os discípulos de Olavo que já exercem ou exercerão cargos no governo federal e no Congresso a partir deste ano (confira a relação abaixo). São, todos eles, alunos ou amigos do filósofo, a quem consideram um mestre intelectual e

figura-chave em sua formação política.

Há "olavetes" - como ele próprio já se referiu aos seguidores - com postos no Palácio do Planalto e em três ministérios: Educação, Relações Exteriores e Economia. Em 2017, o filósofo teve uma aluna - a carioca Ludmila Lins Grilo - aprovada no concurso para juíza no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

A influência de Olavo na montagem do governo supera a da bancada evangélica, cujo eleitorado foi crucial na vitória de Bolsonaro mas recebeu um único ministério (Mulher, Família e Direitos Humanos). A ascendência do escritor sobre o governo só se compara à do setor ruralista (que comanda o ministério da Agricultura e deu aval à escolha do ministro do Meio Ambiente) e à da ala militar, responsável por quatro pastas (Defesa, Segurança Institucional, Secretaria de Governo e Infraestrutura).

Na Câmara dos Deputados, Olavo terá cinco seguidores - presença discreta, mas que poderá crescer caso o PSL, partido de Bolsonaro, tire do papel os planos de levar seus 52 deputados eleitos aos EUA para um curso com o escritor nas próximas semanas. Esoterismo islâmico e astrologia

Radicado nos EUA desde 2005, Olavo, hoje com 71 anos, se popularizou ao criticar a esquerda e defender posições conservadoras em livros e nas mídias sociais nas últimas décadas, o apogeu de uma carreira cheia de guinadas.

Sem jamais ter se formado na universidade, criou um Curso Online de Filosofia (COF) pelo qual, segundo ele, já passaram 12 mil alunos, alguns dos quais chegam agora ao poder. Nos anos 1970 e 1980, antes de se projetar no debate político, Olavo foi membro de uma tariqa (ordem mística muçulmana) e trabalhou como astrólogo em São Paulo.

Hoje se define como católico, assim como seu núcleo principal de seguidores - embora critique com frequência o papa Francisco, que já chamou de "lelé da cuca" por seus acenos a pautas progressistas.

Foro de São Paulo

Uma das visões de Olavo mais disseminadas entre a chamada "nova direita" brasileira trata do poder do Foro de São Paulo, conferência criada em 1990 pelo PT para debater os rumos da esquerda latino-americana e que, segundo o escritor, deu ao partido o "comando estratégico da revolução comunista" no continente.

O filósofo também foi um dos primeiros a disseminar a opinião, encampada pelo governo Bolsonaro, de que a esquerda exerce há décadas o controle da imprensa e do ensino brasileiro - estratégia que, segundo ele, segue o ideário do marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937).

As duas posições são contestadas entre muitos acadêmicos, que apontam a onda de vitórias eleitorais da direita na América Latina como um sinal de que o Foro de São Paulo nunca teve tanta influência, e avaliam que parte da imprensa e da academia no Brasil sempre encampou valores conservadores.

Aproximação com a família Bolsonaro

Em entrevista à BBC News Brasil em 2016, Olavo afirmou que, para combater a

expansão da esquerda no país, a direita deveria se concentrar em ocupar espaços não no Estado, mas "na igreja, nas escolas, nas sociedades de amigos do bairro, no clube".

Na campanha de 2017, porém, apoiou a candidatura de Jair Bolsonaro e endossou pupilos que concorriam a cargos eletivos. Em retribuição, no primeiro vídeo que gravou após se eleger presidente, Bolsonaro exibiu o bestseller O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota, coletânea de artigos de Olavo organizada pelo jornalista Felipe Moura Brasil.

O escritor já vinha se aproximando da família do presidente. Há dois anos, recebeu em sua casa a visita de Eduardo e Flávio Bolsonaro, respectivamente eleitos deputado federal e senador em 2017.

Confira abaixo relação de discípulos de Olavo recentemente nomeados ou eleitos para cargos no Executivo e Legislativo.

GOVERNO FEDERAL

Ernesto Araújo, ministro das Relações Exteriores

Indicado por Carvalho para o posto, ocupava até então a chefia do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos do ministério. Aos 51 anos, é um dos mais jovens chanceleres da história do país.

Em artigo na revista The New Criterion, Araújo diz que Olavo "talvez tenha sido a primeira pessoa no mundo a ver o globalismo como um resultado da globalização, a entender seus propósitos horríveis e a começar a pensar sobre como derrubá-lo". Após a posse do chanceler, Olavo disse que o discurso do discípulo - que misturou citações em grego e tupi a menções a Raul Seixas e à banda Legião Urbana - "tem, desde já, um lugar garantido em qualquer antologia séria dos grandes discursos brasileiros".

Filipe Martins, assessor da Presidência para Assuntos Internacionais

É considerado por Olavo um dos seus alunos mais brilhantes. Aos 31 anos, desempenhará papel equivalente ao que o professor Marco Aurélio Garcia (1941-2017) tinha nos governos Lula e Dilma.

Nascido em Sorocaba (SP) e formado em Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB), é diretor de assuntos internacionais do PSL. Para ele, "não é possível compreender o nascimento (ou renascimento) do conservadorismo brasileiro, ou a ascensão do antipetismo, sem considerar o impacto" da obra de Olavo.

Ele costuma comparar o mestre a um hápax legómenon (expressão de origem grega que designa palavras ou ideogramas que aparecem uma única vez na literatura de um determinado idioma), "um personagem tão singular no contexto cultural em que está inserido que acaba por se tornar indecifrável para seus pares".

Ricardo Vélez Rodriguez, ministro da Educação

Também indicado por Olavo para o posto, nasceu na Colômbia há 75 anos. Segundo o filósofo, Vélez é, "no mundo, a pessoa que mais entende de pensamento político-social

brasileiro". Foi membro do Instituto Brasileiro de Filosofia, fundado pelo jurista e filósofo Miguel Reale, e é considerado por Carvalho um dos maiores pensadores da história do Brasil.

Escreveu livros sobre assuntos diversos, como o conflito armado na Colômbia, o governo Lula e a obra do economista John Maynard Keynes. Antes da nomeação, Véliz vivia em Londrina (PR) e dava aulas na Faculdade Positivo. No discurso de posse, disse que sua gestão se inspirará "em dois grandes educadores", Olavo de Carvalho e Antonio Paim. "Deles emergem a inspiração liberal e conservadora de nossas propostas educacionais."

Carlos Nadalim, secretário de Alfabetização do Ministério da Educação (MEC)

Também aluno do Curso Online de Filosofia (COF) de Carvalho, Nadalim era até a nomeação coordenador pedagógico da escola infantil Mundo do Balão Mágico, em Londrina (PR), e mantinha um blog com dicas sobre a educação infantil.

Em 2015, Olavo escreveu no Facebook que Nadalim havia feito mais pela educação brasileira "do que todos os iluminados do MEC juntos" ao desenvolver um método para alfabetizar crianças em casa. Nadalim diz que as técnicas já foram usadas por 2.758 pais e mães.

Murilo Resende Ferreira, diretor de Avaliação da Educação Básica do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) do MEC

Aluno de Carvalho desde 2009, a quem se refere como "meu grande professor", é doutor em economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e integra o movimento Escola Sem Partido. No MEC, supervisionará a elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Em audiência pública em 2016, Ferreira disse que educação brasileira vive sob uma "ditadura marxista", na qual crianças são expostas a teorias que promovem o incesto e a pedofilia. Foi membro do MBL (Movimento Brasil Livre), mas deixou o grupo após divergências.

Adolfo Sachsida, secretário de Política Econômica do Ministério da Economia

Ex-pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), tornou-se aluno de Olavo há 14 anos. "Foi como encontrar a luz em meio às trevas", ele relatou no Facebook.

Em 2016, Olavo e Sachsida gravaram um vídeo em que comentaram temas como a "doutrinação ideológica" nas escolas e riscos que eles atribuíam à presença de muçulmanos na "onda migratória na Europa e no Brasil".

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Bia Kicis (PRP-DF), deputada federal eleita

Eleita pela primeira vez em 2017, é procuradora aposentada e se refere a Olavo como "nosso querido Mestre". Para ela, o filósofo "é um grande Pai de muitos brasileiros, que

despertaram por meio de seu conhecimento e de sua generosidade".

Durante a campanha, Olavo gravou um vídeo dizendo que, caso fosse eleitor do Distrito Federal, votaria em Kicis, que também frequentou seu Curso Online de Filosofia (COF). Ela ganhou projeção entre a "nova direita" ao militar nos últimos anos em movimentos contra o PT e pelo impeachment de Dilma Rousseff.

Joice Hasselmann (PSL-SP), deputada federal eleita

Jornalista, Joice teve sua candidatura apoiada publicamente por Olavo e foi a mulher mais votada da história na eleição para a Câmara. "Vou apoiá-la até a morte, ela é antimídia, condensa em si a verdade do jornalismo brasileiro, que foi sufocada por todos esses bandidos ao longo de várias décadas", afirmou o filósofo.

Joice agradeceu o endosso, definindo Olavo como um "parceiro, leal, amigo, protetor, além de um GÊNIO". "Você conhece meu coração e sabe que não vamos te decepcionar!", afirmou.

Paulo Martins (PSC-PR), deputado federal eleito

Também jornalista, foi eleito em 2017 ao concorrer pela segunda vez para a Câmara. É aluno de Olavo, que ele considera "o grande responsável pelo início da reação cultural do Brasil".

Quando era comentarista do Jornal da Massa, transmitido pelo SBT no Paraná, Martins recomendou no programa o livro O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota, de Olavo. Na ocasião, definiu o filósofo como "um homem de inteligência absolutamente sublime e argumentação acachapante".

Marcel van Hattem (Novo-RS), deputado federal eleito

Formado em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestre em Ciência Política, Hattem também atuou como jornalista antes de ingressar na política, em 2004, como vereador em Dois Irmãos (RS).

Em 2007, elegeu-se deputado federal pela primeira vez. Aluno de Olavo, diz que o filósofo foi o responsável por seu "despertar político", tendo descrito "como as doutrinas revolucionárias e os partidos totalitários, socialistas e comunistas, levariam nosso país ao ponto em que chegou". Em 2016, o filósofo elogiou o discípulo. "Por que acho o Marcel van Hattem um sujeito sério? Porque antes de se meter na política federal ele derrotou a esquerda na sua universidade - e pagou alto preço por isso."

Carla Zambelli (PSL-SP), deputada federal eleita

Gerente de projetos, candidatou-se pela primeira vez em 2017. Aproximou-se de Olavo enquanto militava no Movimento nas Ruas, que ganhou projeção nos protestos contra o governo Dilma Rousseff. Em 2017, Olavo, Zambelli e o músico Lobão gravaram um vídeo em defesa da liberação da posse de armas.

Até conhecer o filósofo, em 2011, Zambelli diz que "não era nem de direita nem de

esquerda, só contra a corrupção". O contato com Olavo fez com que ela percebesse a afinidade com seus valores. "Não é que virei conservadora, eu me identifiquei com as coisas que ele falava."

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Vélez nomeia coronel do Exército para gabinete e aumenta influência militar no MEC

General da reserva Oswaldo Ferreira presidirá Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

BRASÍLIA — O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, escolheu um coronel da reserva do Exército para ser seu chefe de gabinete adjunto. Ayrton Pereira Rippel teve a nomeação oficializada na terça-feira no Diário Oficial da União, reforçando a influência dos militares na cúpula do Ministério da Educação (MEC) e demais órgãos vinculados.

Para dirigir a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), vinculada ao MEC, Vélez indicou Oswaldo de Jesus Ferreira, general da reserva. Outro nome avalizado pelo meio militar é o do engenheiro Anderson Ribeiro, que era reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), do qual saiu para assumir a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que cuida da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no Brasil.

Luiz Antônio Tozi, novo secretário-executivo do MEC, é engenheiro e doutor formado pelo ITA. Antes de aceitar o convite para o MEC, atuava no Centro Paula Souza, autarquia que gerencia as escolas e faculdades técnicas vinculadas ao governo de São Paulo.

Para a chefia de gabinete do novo presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues, que foi executivo dos Correios e deu aulas na Fundação Getúlio Vargas, está cotado um general da reserva, Francisco Mamede de Brito Filho.

Muitas dos já apresentados por Vélez como seus auxiliares ainda não foram nomeados oficialmente. Além dos militares, o ministro da Educação vem sendo influenciado por lideranças do movimento Escola sem Partido, que prega contra uma suposta doutrinação ideológica nas escolas.

Pessoas ligadas ao movimento já conseguiram cargos no governo, como Murilo Resende Ferreira, que assume a coordenação do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e outras tarefas como diretor de Avaliação da Educação Básico do Inep. A admiração pelo escritor Olavo de Carvalho, a quem se atribui inclusive a indicação de Vélez, é outra característica dos indicados.

A divisão entre os integrantes ligados aos militares e os demais já é sentida nas reuniões de transição que vêm ocorrendo no MEC e nos órgãos vinculados. Segundo pessoas que acompanham os trabalhos, a falta de experiência em gestão pública, e mais fortemente na área da educação, de indicados está causando dificuldades no início do governo.

No Inep, uma reunião com os servidores de carreira chegou a ser agendada nesta semana. Mas logo depois foi cancelada, sem explicações. O órgão afirma que faz parte

da rotina de transição e que "reuniões são marcadas e remarçadas de acordo com agenda dos envolvidos".

[topo](#)

BLOG DA CIDADANIA - TEMPO REAL

Vélez aumenta influência militar no MEC

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, escolheu um coronel da reserva do Exército para ser seu chefe de gabinete adjunto. Ayrton Pereira Rippel teve a nomeação oficializada na terça-feira no Diário Oficial da União, reforçando a influência dos militares na cúpula do Ministério da Educação (MEC) e demais órgãos vinculados.

Para dirigir a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), vinculada ao MEC, Vélez indicou Oswaldo de Jesus Ferreira, general da reserva. Outro nome avalizado pelo meio militar é o do engenheiro Anderson Ribeiro, que era reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), do qual saiu para assumir a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que cuida da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no Brasil.

Luiz Antônio Tozi, novo secretário-executivo do MEC, é engenheiro e doutor formado pelo ITA. Antes de aceitar o convite para o MEC, atuava no Centro Paula Souza, autarquia que gerencia as escolas e faculdades técnicas vinculadas ao governo de São Paulo.

Para a chefia de gabinete do novo presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues, que foi executivo dos Correios e deu aulas na Fundação Getúlio Vargas, está cotado um general da reserva, Francisco Mamede de Brito Filho.

Muitas dos já apresentados por Vélez como seus auxiliares ainda não foram nomeados oficialmente. Além dos militares, o ministro da Educação vem sendo influenciado por lideranças do movimento Escola sem Partido, que prega contra uma suposta doutrinação ideológica nas escolas.

Pessoas ligadas ao movimento já conseguiram cargos no governo, como Murilo Resende Ferreira, que assume a coordenação do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e outras tarefas como diretor de Avaliação da Educação Básico do Inep. A admiração pelo escritor Olavo de Carvalho, a quem se atribui inclusive a indicação de Vélez, é outra característica dos indicados.

A divisão entre os integrantes ligados aos militares e os demais já é sentida nas reuniões de transição que vêm ocorrendo no MEC e nos órgãos vinculados. Segundo pessoas que acompanham os trabalhos, a falta de experiência em gestão pública, e mais fortemente na área da educação, de indicados está causando dificuldades no início do governo.

No Inep, uma reunião com os servidores de carreira chegou a ser agendada nesta semana. Mas logo depois foi cancelada, sem explicações. O órgão afirma que faz parte da rotina de transição e que "reuniões são marcadas e remarçadas de acordo com agenda dos envolvidos".

[topo](#)

BONDE NEWS - TEMPO REAL

Programas de mestrado da UEL captam 44 bolsas

A UEL foi contemplada com 44 bolsas de mestrado, resultado da chamada de bolsas Fundação Araucária e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** (011/2018). Os recursos, destinados ao pagamento das bolsas, somam R\$ 1.514,000,00, beneficiando 27 áreas do conhecimento dentro dos programas de pós-graduação (mestrado) da Universidade.

Participaram da chamada Fundação Araucária/**Capes** universidades estaduais e federais, além de institutos de pesquisa paranaenses. A UEL foi a instituição que captou o maior número de bolsas, ultrapassando inclusive instituições federais.

Na avaliação do pró-reitor de pesquisa e pós-graduação da UEL, Amauri Alfieri, o saldo positivo alcançado pela UEL é resultado da divulgação direta junto aos coordenadores dos programas de pós-graduação. Segundo números da Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação (PROPPG), a UEL soma o total de 47 programas de pós-graduação em nível de mestrado, sendo 40 acadêmicos e sete profissionais.

Foram contemplados programas de pós-graduação da UEL nas seguintes áreas: física, enfermagem, ciências da reabilitação, filosofia, biotecnologia, sociologia, ciência animal, engenharia de edificação e saneamento, agronomia, educação física, serviço social e política social, geografia, educação, arquitetura e urbanismo, administração, ciência da informação, engenharia elétrica, ciências farmacêuticas, ciências fisiológicas, letras, análise do comportamento, microbiologia, ensino de ciências e educação matemática, estudos da linguagem, direito negocial, patologia experimental e psicologia.

A Fundação Araucária informa que o cadastro do bolsista no sistema da **Capes** - primeiras 130 cotas - será realizado a partir do dia 4 de fevereiro.

topo ↕

CARGO NEWS - RS - NOTÍCIAS

Valores de outorga das concessões de ferrovias estão subavaliados, conclui Ferrofrente

Entidade encaminhou documento ao novo ministério da Infraestrutura sobre essa e outras distorções, que deveriam ser melhor analisadas antes do leilão programado para 15 de março, sob o risco de prejuízo aos cofres públicos

O governo Bolsonaro tem a expectativa de iniciar já em março um amplo programa de concessões e privatizações, começando por leilões de ferrovias, como os das linhas Norte-Sul (edital de R\$ 1 bilhão), Oeste-Leste, na Bahia, e a Ferrogrão, entre o Mato Grosso e o Pará.

No entanto, entidades formadas por engenheiros e especialistas no setor, como a Ferrofrente e o movimento +Ferrovias, apontam que o processo de concessão possui muitas distorções, com um grande risco de prejuízo aos cofres públicos e à utilização das ferrovias como política de governo estratégica para o transporte de cargas e passageiros.

“Há trechos com evidente subavaliação nos valores de outorga, como os da ferrovia Norte-Sul, que já recebeu R\$ 16 bilhões de investimento público e passará sob concessão para a iniciativa privada a partir de um edital que privilegia as empresas que já exploram as atuais concessões de ferrovias no Brasil”, avalia José Manoel Ferreira

Gonçalves, presidente da Ferrofronte e coordenador do Movimento +Ferrovias.

Segundo ele, os estudos elaborados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que está em vias de extinção, limitaram-se a analisar alternativas de renovação antecipada sem incluir a comparação das vantagens da renovação antecipada sobre a relicitação da concessão. Além disso, deixaram de analisar implicações das alternativas de decisão sobre aspectos fundamentais de uma política ferroviária e, mais amplamente, de transporte e logística, como, por exemplo, o aumento da participação ferroviária na matriz de transportes.

A Ferrofronte encaminhou ao ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes, um documento em que assinala esses problemas, já relatados para o Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério Público do Trabalho (MPT).

Outra preocupação do grupo é a criação da ANT – Agência Nacional de Transportes, a partir da fusão da ANTT e ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Aquaviários. A Ferrofronte já manifestou a preocupação de que uma “superagência” possa não atender à expectativa de cumprir suas atribuições, em função do acúmulo de ações em uma única estrutura.

“Precisamos de uma agência bem modelada e efetiva, que venha realizar o que se espera de um órgão fundamental para a execução de uma política nacional de ferrovias voltada para a recuperação do transporte sobre trilhos como modal estratégico para a economia do país, com livre acesso de diferentes operadores ferroviários e expansão do tráfego de passageiros”, completa José Manoel, da Ferrofronte.

“A abertura do setor para novos investidores depende da mudança dos marcos de concessões. A elevação das outorgas pode ser multiplicada por um modelo de amplo acesso e circulação que, além de serem úteis para os investidores, também são para os usuários”, completa o executivo.

topo 

CONSULTOR JURÍDICO - TEMPO REAL

Aposentadoria de Basedow e nomeação de Michaels: mudança no Max-Planck

O centenário Instituto Max-Planck de Hamburgo, Alemanha, assiste a mais uma troca de guarda em sua direção, ordinariamente ocupada por três membros. Jürgen Basedow, que havia se aposentado, foi substituído em 1º de janeiro deste ano por Ralf Michaels, após designação oficial da Sociedade Max-Planck, a entidade responsável pela gestão de todas as unidades do Max-Planck no mundo.

As origens e a importância do Instituto Max-Planck de Hamburgo para o Direito Comparado já foram objeto de colunas anteriores, especialmente aquela dedicada à vida de Ernst Rabel, o grande comparatista europeu do século XX. Naquela ocasião, informou-se aos leitores que o instituto nasceu sob o nome Kaiser-Wilhelm-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht (Instituto Kaiser Wilhelm de Direito Comparado [literalmente, estrangeiro] e Privado Internacional), atualmente denominado de Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht (Instituto Max-Planck de Direito Comparado e Privado Internacional), cuja sede fica em Hamburgo. Naquela coluna, salientou-se que:

“Esse instituto de pesquisa foi criado com o claro objetivo de diminuir o isolamento da cultura jurídica alemã no primeiro pós-guerra e de voltar a atrair pesquisadores estrangeiros, com vistas à retomada do diálogo jurídico internacional e do juscomparatismo. Um exemplo disso foi a presença, em 1930, de Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda no Kaiser-Wilhelm-Institut. O grande jurista brasileiro, apresentado por Martin Wolff, proferiu conferências no Berliner Stadtschloss [literalmente, Palácio da Cidade de Berlim], onde o Instituto ocupava parte de suas dependências”.

Um número expressivo de pesquisadores brasileiros e portugueses foi agraciado com bolsas da Sociedade Max-Planck, como jovens doutores ou investigadores seniores, para estágios no instituto sediado em Hamburgo. O Max-Planck possui a melhor biblioteca de Direito Privado Comparado da Europa, nas mais diversas línguas continentais. As aquisições de livros são permanentes, independentemente da origem e da língua, além do que é mantido um acervo atualizadíssimo de periódicos alemães e estrangeiros, dentre os quais a Revista de Direito Civil Contemporâneo.

A Sociedade Max-Planck mantém mais de 80 unidades do instituto na Alemanha, mas também no exterior (Luxemburgo, Itália [Roma, Florença], Estados Unidos [Flórida] e Holanda), cujos pesquisadores vinculados já obtiveram 18 prêmios Nobel e conservam uma média anual de 15 mil artigos ou resumos publicados em periódicos científicos. O orçamento da Sociedade Max-Planck em 2016 foi de 1 bilhão e oitocentos milhões de euros, a partir de recursos federais (50% do total) e dos estados alemães (45%), além de recursos oriundos das atividades dos institutos (5%). A estrutura jurídica da Sociedade Max-Planck é muito singular: uma entidade privada gestora de fundos públicos, o que confere enorme flexibilidade aos institutos, cujas áreas de investigação podem ser alteradas, suprimidas ou ampliadas, bem como a destinação de verbas para pessoal e para pesquisa pode ser cambiada conforme as necessidades e diretrizes estratégicas.

O Instituto Max-Planck de Hamburgo era dirigido por Reinhard Zimmermann, que possui vínculos com o Brasil e com a Rede de Direito Civil Contemporâneo, Jürgen Basedow e Holger Fleischer.

Basedow dirigiu o instituto de 1997 a 2017, tendo como principais campos de interesse acadêmico e de pesquisa o Direito Internacional Privado e o Direito Privado Europeu, com ênfase em seguros, transporte e concorrência. Natural de Hamburgo, nascido em 1949, graduado na Universidade de Hamburgo, com estudos em Genebra e Pavia, doutorou-se na Universidade de Hamburgo e estudou também nas universidades de Cambridge e Massachusetts. Era catedrático de Direito Privado, Direito Comparado e Direito Internacional Privado na Universidade de Augsburg, tendo sido professor visitante em diversas instituições estrangeiras, como as universidades de Ferrara, Gênova, Lyon, Verona, Paris II e Oxford.

No Brasil, há traduções de seus textos publicados na Revista de Direito do Consumidor (v. 24, n. 98, p. 55-75, mar./abr. 2015), com o título “Em direção a uma lei contratual securitária europeia?” (tradução de Thiago Villela Junqueira) e também o artigo “Antitruste ou direito da concorrência internacional”, traduzido por Maria Rosa Guimarães Loula, Tatiana de Campos Aranovich e Virgínia de Melo Dantas (Publicações da Escola da AGU, n. 7, p. 235-251 2011). Em uma coletânea organizada por João Grandino Rodas, intitulada Contratos internacionais (3 ed. São Paulo: RT, 2002), Basedow publicou o capítulo “O Mercosul como modelo de integração”.

Ele também escreveu o capítulo “Coerência do Direito Internacional Privado na União Europeia” no livro organizado por Augusto Jaeger Junior, sob o título Europeização da Parte Geral do Direito Internacional Privado: estudos sobre uma codificação do Direito Internacional Privado na União Europeia através de um Regulamento Roma Zero (p. 51-78, editado em Porto Alegre, pela Gráfica e Editora RJR. Basedow foi orientador de Jaeger Junior, quando este atuou como pesquisador bolsista no Instituto Max-Planck de Hamburgo.

Como destacado na coluna anterior, em 2018, os ex-alunos Anatol Dutta e Christian Heinze editaram o estudo em homenagem ao jubileamento de Jürgen Basedow, cujo título principal é Mehr Freiheit wagen (Tübingen: MohrSiebeck, 2018), com prefácio de Reinhard Zimmermann.

O novo diretor do instituto, Ralf Michaels, estava domiciliado nos Estados Unidos, onde ocupava desde 2002 uma cátedra na Faculdade de Direito da Universidade Duke, uma das mais prestigiosas do país. Michaels havia sido pesquisador do Max-Planck de Hamburgo nos anos 2001-2002. Seus interesses acadêmicos são a Teoria Geral do Direito Privado, o Direito Comparado e o Direito Internacional Privado, com ênfase no problema da produção normativa não estatal e seu enforcement, a globalização e os métodos comparatísticos.

Além da Universidade Duke, Michaels já atuou como docente convidado ou visitante em instituições como Paris II, Princeton, Pensilvânia, Toronto, Tel Aviv e na London School of Economics.

Não há ainda tradução de trabalhos de Michaels para a língua portuguesa em periódicos de referência.

As relações do Instituto Max-Planck de Hamburgo com o Brasil são antigas e cada vez mais fortes. O crescente número de brasileiros que ali tem estudado, como bolsistas ou como pesquisadores independentes, só reafirma esses vínculos. A concluída (e agora em fase de revisão) tradução do livro The law of obligations, de Reinhard Zimmermann, é um dos exemplos dessa cooperação proveitosa para o Brasil e para a Alemanha.

A renovação dos quadros diretivos do instituto é importante e o reconhecimento do trabalho de Basedow é justo, além de uma forma de honrar sua dedicação aos brasileiros que com ele conviveram no instituto localizado na Cidade Livre e Hanseática de Hamburgo.

Otávio Luiz Rodrigues Junior é coordenador da área de Direito da **CAPES**, professor associado (livre-docente) em Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e doutor em Direito Civil, com estágios pós-doutorais na Universidade de Lisboa e no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht (Hamburgo). Acompanhe-o em sua página.

topo ↕

JC ONLINE - TEMPO REAL

2. Manifesto da educação ambiental

Nota da comunidade acadêmica brasileira ligada ao campo da educação ambiental para os senhores presidente da República, ministros da Educação e Meio Ambiente, para a sociedade brasileira e a comunidade internacional

Prezados Senhores e Senhoras,

A comunidade acadêmica ligada ao campo da educação ambiental (EA), que se faz presente no Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GT 22) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), em grupos de pesquisa que integram os Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), no Colóquio de Pesquisadores em EA da região Sul, dos Encontros Paranaenses de EA, do Fórum Brasileiro de Educação Ambiental e demais espaços regionais, estaduais e locais que se consolidam no território nacional, com acúmulo de vivências, pesquisas, dissertações e teses divulgadas no portal da **Capes**, vem manifestar seu estranhamento e protesto contra as primeiras medidas e reestruturações implementadas pelo atual e recém-empossado Governo Federal.

Em contradição aos pronunciamentos de posse, que evocavam o compromisso com os caminhos democráticos e o diálogo com toda a sociedade, em suas primeiras medidas percebemos um atropelo e uma falta de escuta ao movimento de mais de 30 anos que vem consolidando a educação ambiental brasileira como uma das referências mundiais nesse campo de conhecimento.

Em parceria com outros movimentos de educadores ambientais, como a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), constatamos que as reestruturações dos ministérios, realizadas por decreto presidencial em 2 de janeiro de 2019, extinguem setores da educação ambiental dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente que constituíam o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituído pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Ressaltamos que as políticas públicas, ao longo de 30 anos, vêm sendo construídas de forma consultiva e participativa junto com a sociedade e, em particular nessa área, com a comunidade de educadores ambientais brasileiros.

Tendo como alicerce a Constituição cidadã brasileira de 1988 que, no inciso VI do § 1º do artigo 225, determina que o Poder Público deve promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Hoje temos uma série de legislações que regulam as ações das políticas de Estado que contemplam de forma relevante a educação ambiental, tais como:

- 1) a Política Nacional do Meio Ambiente de 1981;
- 2) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996;
- 3) a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e seu Órgão Gestor;
- 4) as Resoluções do Conselho Nacional de Educação, como a nº 2/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, e a nº 2/2015, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e a Formação Continuada de Professores, entre muitas outras normativas que vêm sendo construídas

participativamente por esta larga comunidade de educadores ambientais.

Nessas reestruturações ministeriais definidas no referido decreto, a educação ambiental foi restringida à atuação de uma Secretaria de Ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente. Estamos interpretando isso como um grave desmonte, reducionista de uma dimensão educativa considerada na atualidade pela sociedade brasileira, assim como pela comunidade internacional, como fundamental para o enfrentamento da grave crise socioambiental.

As medidas do Executivo provocam mudanças estruturais que impedem e dificultam o cumprimento das leis que garantem a educação ambiental como uma política pública do Estado brasileiro, assim como desconhecem todo o processo que construiu e consolidou a educação ambiental no Brasil. Como autores sociais das políticas que os Senhores estão desmontando, que se somam a outras decisões no campo ambiental, as quais situam o país no rumo do agravamento da crise socioambiental, vimos manifestar nosso protesto, sublinhando a necessidade do retorno do órgão gestor (MEC e MMA), com as políticas públicas construídas participativamente com a sociedade civil.

Assinam este manifesto o Grupo de Trabalho em Educação Ambiental (GT22) da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd) e demais signatários:

Ágora: A Temática Ambiental e o Processo Educativo, Unesp Rio Claro
Área de Educação Ambiental e Ecologia Humana da Faculdade de Educação/UnB
Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, ABRAPEC
Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente, ABRAPA
Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil – ACE Pau Brasil – Ribeirão Preto, SP
Associação de Educadores da América Latina e Caribe / AELAC- capítulo Brasil
Associação dos Chacareiros do Núcleo Rural Córrego do Urubu, ANRU-DF
Associação dos Pós-Graduandos da ESALQ/USP
Associação Portuguesa de Educação Ambiental, ASPEA – PORTUGAL
Cátedra Paulo Freire Educação para a Sustentabilidade – UFRPE
Centro de Educação Ambiental, Ciências e Matemática – CEAMECIM – FURG
COLABOR: Grupo Pesquisa em Artes e Linguagens Digitais / Núcleo Ambiente Natural e Urbano na Contemporaneidade – ECA / USP
Coletivo Cuesta Educador CCE, Botucatu, SP
Coletivo de apoio a Educação Indígena do rio de Janeiro Nhoiru Eté, RJ
Coletivo de Pesquisa em Cinema Ambiental do NuPeM/ UFRJ
Coletivo Educador de Bertioga, SP
Coletivo Educador Ipê Roxo – Ribeirão Preto, SP
Coletivo Permaculturalab de educação ambiental, agroecologia e permacultura – Rio de Janeiro, RJ
Comissão Estadual do IBECC, UNESCO de São Paulo
Comunidade de Prática de Pesquisa em educação preventiva Integral e Desenvolvimento humano, CPP/UFPR/PPGE
Departamento de Apoio a Educação Ambiental, Secretaria de Gestão Ambiental e Sustentabilidade da UFSCar
Departamento de Gestão Ambiental da UERN, Mossoró-RN
Discursos da Ciência e da Tecnologia na Educação (UFSC)
Educação, Ambiente e Sociedade (UFPR)
Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental, evento organizado pelos discentes e

docentes do PPGEA/FURG

Equipe de Estudo e educação Ambiental, EEA, UEFS
Escola de Meio Ambiente, Universidade Estadual do Amazonas
Estação Luz Espaço Experimental de Tecnologias Sociais – Ribeirão Preto, SP
Fórum de Direitos Humanos e da Terra, FDHT – MT
Fuba Educação Ambiental e Criatividade, São Carlos, SP
Fundo do Brasileiro de Educação Ambiental, FunBEA, São Carlos, São Paulo
Geografia, Educação e Meio Ambiente, GEMA, PPGEA, UFJF
GiTaKa: Grupo Infâncias, Tradições Ancestrais e Cultura Ambiental, UNIRIO
Grupo Ciencia, acciones y creencias – Universidad Surcolombiana, COLOMBIA
Grupo de Acompanhamento e Pesquisa em Governança Ambiental, GovAmb – IEE/USP
Grupo de Articulação Extensionista Marechal Rondon – GAER – ESALQ/USP
Grupo de Didáctica de la Biología. Univ de Buenos Aires, ARGENTINA
Grupo de Educação do Campo e Agroecologia, UFRRJ
Grupo de Educação e Interpretação Ambiental – Trilheiros do Sauá, Universidade Federal de Viçosa
Grupo de Estudo e Pesquisa da Complexidade/FURG
Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental do Estado de Sergipe
Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental, GEPEA/UFSCar
Grupo de Estudo e Pesquisa Movimentos Docentes, UNIFESP
Grupo de Estudos da Paisagem, PPGEA, UFJF
Grupo de Estudos Desafios da Prática Educativa – GEDePE – ESALQ/USP
Grupo de Estudos e Interações Pessoa-Ambiente – GEPA/UFRN
Grupo de estudos e pesquisa Ambientes e Infâncias, GRUPAI, UFJF
Grupo de Estudos e pesquisas em Ambiente, Educação e Saúde – Gepes Ambiens PPGE e PPGAS/UNIPLAC
Grupo de estudos e pesquisa em Educação Ambiental e Complexidade da PUC/PR
Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis – GEPEAS/UESB
Grupo de estudos e pesquisa em Educação Ambiental, Sustentabilidade e Ambientalização – GEPEASA, Unesp Botucatu/SP
Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências – UFC
Grupo de Estudos e Pesquisa em Interculturalidade e Educação em Ciências – GEPIC, UFTM
Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental Dialógica- GEAD da UFC
Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental e Ecologia Humana – GEPEAEH/FE/UnB
Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade (GEPEADS/UFRRJ)
Grupo de estudos e pesquisas em educação ambiental, GEA/UFJF
Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Meio Ambiente/GEAM/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA/UFPA
Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação de Professores da Área de Ciências (FORMAR-Ciências) – Faculdade de Educação – Unicamp
Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão Ambiental, UERN
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores e Práticas Pedagógicas em Ensino de Ciências e Educação Ambiental (ECiEA) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Unesp
Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur, GEASur, UNIRIO

CLIPPING



Grupo de Estudos em Educação Ambiental docência e questões contemporâneas, UFRPE

Grupo de Estudos em Educação Ambiental e Educação Campesina – GEAC/PPGen/IFMT

Grupo de estudos em educação ambiental e ensino de ciências – Laboratório de Limnologia /UFRJ

Grupo de Estudos em Educação, Cultura, Ambiente e Filosofia, GEECAF-FURG

Grupo de estudos em política ambiental do IEA, USP

Grupo de Estudos sobre Animais Selvagens da Universidade Federal de Viçosa, GEAS/UFV

Grupo de Estudos sobre Fundamentos da Educação Ambiental e Popular – GEFEAP / FURG

Grupo de Investigación Ciencia Educacion y Diversidad, Universidad del Valle. Cali, COLÔMBIA

Grupo de Investigación Conocimiento Profesional del Profesor de Ciencias – Universidad Surcolombiana, COLÔMBIA

Grupo de Investigación Didáctica y Enseñanza de la Biofísica y la Fisiología (GIDEBIOF), Consejo de Formación en Educación (CFE), URUGUAI

Grupo de Investigación e Innovación Docente Educación Científica, Sustentabilidade e Xénero, Universidade de Vigo, ESPANHA

Grupo de Investigación en Didáctica de la Química DIDAQUIM. Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Bogotá, D.C, COLÔMBIA

Grupo de investigación en didáctica y aprendizaje de las ciencias naturales y de la química (GIADICIENQ), Facultad de Ciencias Exactas y Naturales, Universidad de Buenos Aires, ARGENTINA

Grupo de investigación en educación ambiental-GEA, Universidad de Tolima, COLÔMBIA

Grupo de Investigación en Pedagogía Social e Educación Ambiental, Universidade de Santiago de Compostela, USC, ESPANHA

Grupo de investigación en seguridad alimentaria y enseñanza de las ciencias INYUBA,, Universidad de La Paz, COLÔMBIA

Grupo de investigación en seguridad alimentaria y enseñanza de las ciencias INYUBA,, COLÔMBIA

Grupo de Investigación Seminario Permanente de Derecho Ambiental da Universidad Nacional de Córdoba (UNC), ARGENTINA

Grupo de Pesquisa Análise e Planejamento Ambiental da Paisagem e Educação Ambiental – AnPAP-EA – PPGE-UNISUL

Grupo de Pesquisa Ciência Cidadã na Prevenção de Riscos e Desastres/Cemaden

Grupo de Pesquisa Ciranda Interdisciplinar de Pesquisa em Educação e Ambiente – CIPEA/FURG

Grupo de pesquisa Dialogicidade, Formação Humana e Narrativas – DIAFHNA/UFC

Grupo de Pesquisa Direito e Educação Ambiental – GPDEA/FURG

Grupo de Pesquisa Diversidade e Criticidade nas Ciências Naturais, DICCINA, UNIRIO & UFBA

Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação e Gestão Ambiental, Mudanças Climáticas e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em áreas Litorâneas – ” Ribombo” – PPGEA/FURG

Grupo de pesquisa e extensão em educação e comunicação ambiental, Gecom – Esalq/Usq

Grupo de Pesquisa Educação, Ambiente e Sociedade (UFPR)

CLIPPING



Grupo de Pesquisa Educação, Estudos Ambientais e Sociedade GEEAS, Universidade do Vale do Itajaí

Grupo de Pesquisa Educação, História e Interculturalidade – UFS

Grupo de pesquisa Educação, Saberes e Decolonialidades, PPGE/UnB

Grupo de Pesquisa em Investigações em Artes Visuais/FURG

Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental – UNESP Bauru

Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental e Ensino de Biologia (GPEBio), Centro de Educação da UFPB

Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental e Formação de Educadores – Instituto de Biociências, USP

Grupo de Pesquisa em Educação e Sustentabilidade (GEPES) -UFRPE/Recife

Grupo de Pesquisa em Educação, Natureza e Sociedade – UERJ/UNIGRANRIO

Grupo de Pesquisa em Formação de Professores e Práticas Educativas – GPFORPE, Universidade Regional de Blumenau

Grupo de Pesquisa em Formação e Prática Pedagógica de Professores de Ciências e Biologia (FORBIO) – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Grupo de Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental (PGEA) – UNESP, Tupã

Grupo de Pesquisa em Interações Socioambientais, da Universidade Estadual de Santa Cruz, GEPISA, UESC/BA

Grupo de Pesquisa Informação e Sustentabilidade em Construção Civil da UFPR

Grupo de Pesquisa Linguagens no Ensino de Ciências Freireano – UFRJ

Grupo de pesquisa na área de identidade e formação docente – GRIFO – Instituto Federal de Santa Catarina

Grupo de pesquisa Rede de Experiência, Narrativa e Pedagogia da Resistência – REDEExp- UnB

Grupo de Pesquisa

Grupo de Pesquisa Sociedade e Ambiente, Unisinos, RS

Grupo de Recerca en Educació per la Sostenibilitat, Escola i Comunitat – GRESC@, Universidade Autônoma de Barcelona, ESPANHA

Grupo de Trabalho de Psicologia Ambiental – ANPEPP (GT50 – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia)

Grupo de Trabalho ODS, UnB

Grupo ELO – Estudos da Localidade, FFCLRP / USP, Ribeirão Preto

Grupo Ensino de Ciências e Matemática – IFCE, Fortaleza CE

Grupo Interdisciplinar em Pesquisas Socioambientais – IPÊS, Programa de pós-graduação em desenvolvimento regional (PPGDR-FURB)

Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação Ambiental do Paraná

Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte, GPEA-UFMT

Grupo Saúde e educação ambiental com ênfase nas relações parasitárias, Fiocruz

Grupo Sociedade e Meio Ambiente – IEA/USP

Instituto 5 Elementos Educação para Sustentabilidade, SP

Instituto Ambiental Aondê – Uberaba/MG

Instituto Ambientes em Rede (IAR) – SC

Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura/Ibecc/Unesco de São Paulo

Instituto Caracol, ICA – MT

Instituto de Conservação de Animais Silvestres – ICAS, Campo Grande MS

Instituto ITAPOTY – Desenvolvimento humano e conservação ambiental / Itatinga – SP

Instituto Paulo Freire, IPF, SP

Laboratório de Ações e pesquisas em educação ambiental – Instituto de Biociências, LAPEAR-UNIRIO

CLIPPING



Laboratório de Antropologia e Florestas – AFLORA – UFAC
Laboratório de Avaliação e Testagem em Psicologia – Latep/ UFS
Laboratório de Ecologia e Sistemática Vegetal – LESV UERN Mossoró/RN
Laboratório de Educação Ambiental (LEA/EMCT/UNIVALI)
Laboratório de Educação e Gestão Ambiental – IFMT Campus Cáceres
Laboratório de Ensino e Pesquisa em Educação para a Ciência – UENP de Jacarezinho
Laboratório de Estudo das Relações Humano-Ambientais (LERHA-Unifor)
Laboratório de Estudos em Intersubjetividade, Crítica Social e Direitos Humanos do IP-USP
Laboratório de Estudos sobre Sistemas Complexos Ambientais – LASCA – UFSCar
Laboratório de etnobiologia e etnoecologia (LETNO) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Laboratório de Etnobiologia UFJF
Laboratorio de investigacion en didactica de las ciencias Grecia-UC. Pontificia Universidad Catolica – CHILE
Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade – LIEAS, UFRJ
Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais, Métodos Qualitativos e Extensão – LaPICS – UnB
Laboratório de Pesquisa em Ensino de Biologia – LADEB, UFC
Laboratório de Pesquisas e Práticas Interdisciplinares em Promoção da Saúde, Subjetividades e Cuidado Socioambiental – LAPPISS – UNICESUMAR
Laboratório de Pesquisas em Psicologia Ambiental (Locus-UFC)
Laboratório de Planejamento Ambiental e Gerenciamento Costeiro (LAPLAN) da Unesp – Campus do Litoral Paulista – São Vicente
Laboratório de Psicologia Ambiental – LAPAM – UFSC
Laboratório de Psicologia Ambiental/UnB
Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental – Lapsea, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
Laboratório de psicologia socioambiental e intervenção do IP da USO 1, USP
Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas – LAPSAPE/FFCLRP-USP
Laboratório interdisciplinar de estudos e pesquisas em sociedade, ambiente e educação (Labea/Uern)
Laboratório Kizomba na Mata – UFJF
Laboratório Multiusuário para o Desenvolvimento Integrado de dados e Tecnologias de Ensino, DIDATEC – UFS
Linha de Pesquisa Educação Ambiental e Educação do Campo / Programa de Pós-graduação em Educação/UnB
Linha de Pesquisa Educação científica e cidadania, PPGEduc/ UnB
Movimento Cabuçu, de Guarulhos
Movimento Negro Evangélico, MNE – RJ
Mulherio das Letras Europa – vários países da EUROPA
Museu do Cerrado
Mutirão Agroflorestal – São Joaquim da Barra, SP
Mutirão da Lagoa do Saibro – Ribeirão Preto, SP
Núcleo de Agroecologia Ewè da UFJF
Núcleo de Apoio a Atividades de Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental, Esalq/USP
Núcleo de Educação Ambiental, NEA, IFES campus Guarapari
Núcleo de Educação Ambiental – NEA, IFES Campus Piúma

Núcleo de Educação Ambiental, NEA, UFAL

Núcleo de Educação Ambiental – UFSC – Florianópolis/SP

Núcleo de Educação Ambiental e Agroecologia (NEAA/IFES Itapina)

Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA) – Rio Grande /RS

Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada – NEPA – UFJF

Núcleo de estudos de Pedagogia Social – UFPR

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo, Pedagogia da alternância e Ensino de Agroecologia, Departamento de Educação do Campo, UFRRJ

Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica – NEA/Ifes (Intercampi Itapina, Centro Serrano e Colatina)

Núcleo de Estudos em Educação Ambiental – Centro de Ecologia, NEEA, UFRGS

Núcleo de Estudos em Educação Ambiental e Agroecologia – Sala Verde Caparaó (NEA-Ifes-Ibatiba)

Núcleo de Estudos em Educação, Tecnologia e Ambiente – NEETA – Instituto Federal de Santa Catarina

Núcleo de Estudos socioambientais de territoriais – Nesat, UERN

Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação NuGea, UFJF

Núcleo Infâncias, Natureza e Arte, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, NINA-UNIRIO

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudo em Educação Ambiental- NIPEEA/ PPGE/ UFES

Núcleo interdisciplinar de Pesquisa, Extensão e Estudos em Agroecologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – NIA/UFRRJ

Oca – Laboratório de Educação e Política Ambiental, ESALQ-USP

Outras Margens: Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental/UNICAMP

Programa de Educação Ambiental da Floresta de Caxiuana, Estação Científica Ferreira Pena/Museu Paraense Emílio Goeldi/MPEG

Programa de Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIL) – Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA) – Santo André-SP

Programa de Extensão Escolas Sustentáveis, UNIFESP

Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Tuiuti do Paraná

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, FURG

Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências / UFRPE / Recife

Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – UFPR

Programa de Pós-graduação em Rede em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA (UFPI, UFC, UFRN, UFPB, UFPE, UFS e UESC)

Programa de pós-graduação em rede nacional e ensino das ciências ambientais da UFS / PROFCIAMB/UFS

Programa de Pós-graduação em Rede Nacional para Ensino de Ciências Ambientais – Polo UEFS

Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino de Ciências Ambientais/PROFCIAMB/UFPA

Projeto Arte da Terra – São Joaquim da Barra, SP

Projeto Reciclando Hábitos /FURB

Projeto Trilha da Natureza – UFSCar – São Carlos/SP

Rebelião

Red Iberoamericana de Educación Superior -RESIB

Rede Acreana de Educação Ambiental, AC

Rede de Ambientação Curricular na Educação Supervisor – RASES

Rede de Educação Ambiental de São Carlos, SP

Rede de Educação Ambiental do Estado de Rondônia – REARO

Rede Internacional de Pesquisadores em Educação Ambiental e Justiça Climática, REAJA

Rede Mato-grossense de Educação Ambiental, REMTEA

Rede Paraense de Educação Ambiental, PA

Rede Paranaense de Educação Ambiental, PR

Rede ProsEAndo de Educação Ambiental – Ribeirão Preto, SP

Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental – REASul

Rede Universitária de Programa de Educação Ambiental e Sociedades Sustentáveis

Resclima, Universidade da Coruña, UC – ESPANHA

Rizoma, UEFS

Sala Verde Arte na Terra – São Joaquim da Barra, SP

Sala Verde da Luz – Ribeirão Preto, SP

Sala Verde Palotina, PR

Sala Verde Pau Brasil – Ribeirão Preto, SP

Sala Verde Rede de Educação Ambiental da Alta Paulista (REAP)

Sala Verde: Observatório de Educação, Saúde, Cidadania e Justiça Socioambiental – Vale do Itajaí (SC)

Sociedade Ecológica Amigos do Embu, SEAE – SP

Sustentabilidade e Saúde Ambiental, UNESC/SC

TERRA – Temas Especiais Relacionados ao Relevo e à Água, PPGeo, UFJF

topo ↕

PORTAL EXTRA - TEMPO REAL

Vélez nomeia coronel do Exército para gabinete e aumenta influência militar no MEC

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, durante cerimônia de transmissão de cargo
O ministro da Educação, Ricardo Vélez, durante cerimônia de transmissão de cargo
Foto: Luis Fortes/Divulgação/02.01.2019

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, escolheu um coronel da reserva do Exército para ser seu chefe de gabinete adjunto. Ayrton Pereira Rippel teve a nomeação oficializada na terça-feira no Diário Oficial da União, reforçando a influência dos militares na cúpula do Ministério da Educação (MEC) e demais órgãos vinculados.

Para dirigir a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), vinculada ao MEC, Vélez indicou Oswaldo de Jesus Ferreira, general da reserva. Outro nome avalizado pelo meio militar é o do engenheiro Anderson Ribeiro, que era reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), do qual saiu para assumir a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que cuida da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no Brasil.

Luiz Antônio Tozi, novo secretário-executivo do MEC, é engenheiro e doutor formado pelo ITA. Antes de aceitar o convite para o MEC, atuava no Centro Paula Souza, autarquia que gerencia as escolas e faculdades técnicas vinculadas ao governo de São Paulo.

Para a chefia de gabinete do novo presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues, que foi executivo dos Correios e deu aulas na Fundação Getúlio Vargas, está cotado um general da reserva,

Francisco Mamede de Brito Filho.

Muitas dos já apresentados por Vélez como seus auxiliares ainda não foram nomeados oficialmente. Além dos militares, o ministro da Educação vem sendo influenciado por lideranças do movimento Escola sem Partido, que prega contra uma suposta doutrinação ideológica nas escolas.

Pessoas ligadas ao movimento já conseguiram cargos no governo, como Murilo Resende Ferreira, que assume a coordenação do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e outras tarefas como diretor de Avaliação da Educação Básico do Inep. A admiração pelo escritor Olavo de Carvalho, a quem se atribui inclusive a indicação de Vélez, é outra característica dos indicados.

A divisão entre os integrantes ligados aos militares e os demais já é sentida nas reuniões de transição que vêm ocorrendo no MEC e nos órgãos vinculados. Segundo pessoas que acompanham os trabalhos, a falta de experiência em gestão pública, e mais fortemente na área da educação, de indicados está causando dificuldades no início do governo.

No Inep, uma reunião com os servidores de carreira chegou a ser agendada nesta semana. Mas logo depois foi cancelada, sem explicações. O órgão afirma que faz parte da rotina de transição e que "reuniões são marcadas e remarcadas de acordo com agenda dos envolvidos".

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Combate à violência contra a mulher e quilombolas são retirados de edital de livros didáticos

MEC modifica orientações para obras que serão utilizadas em escolas públicas

RIO - O Ministério da Educação (MEC) retirou do edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), cuja última versão foi publicada em 2 de janeiro deste ano, questões consideradas importantes para a área. No novo texto, o órgão suprimiu o trecho que exigia que a obra estivesse "isenta de erros" e a determinação de "incluir revisões bibliográficas". O combate à violência contra a mulher e a promoção da cultura quilombola também não estão mais no documento. O novo edital retirou ainda a restrição que proibia a presença de publicidade nas obras didáticas.

O edital servirá de orientação para a aquisição de obras distribuídas pelo governo a alunos do ensino fundamental das escolas públicas do país. Ele está disponível no site do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Na antiga versão do documento, voltado para as editoras, um trecho do texto informava que as obras selecionadas deveriam "promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, valorizando sua visibilidade e protagonismo social, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher". Na versão atual, o trecho sobre a não-violência contra a mulher foi suprimido.

De acordo com reportagem do jornal "Valor Econômico", a mudança teria sido recebida com surpresa pela nova gestão da pasta. O novo ministro, Ricardo Vélez Rodríguez, ainda estaria avaliando se as mudanças seriam mantidas ou não.

As diferenças entre os documentos também incluem a menção a quilombolas. No documento anterior, havia o trecho: "Promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo". No documento final, as palavras "quilombola" e "povos do campo" não aparecem mais.

No site do MEC, estão disponíveis as publicações em Diário Oficial apenas das indicações de retificações feitas no texto. Mas como as versões anteriores do documento não estão disponíveis, não é possível compará-las. No entanto, um edital que seria de outubro de 2018 circula entre pessoas da área e comparando essa edição com a versão atualizada em 2 de janeiro, é possível ver as alterações.

Para a coordenadora de políticas educacionais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Andressa Pellanda, a medida fragiliza o programa que tem um potencial de capilarizar conscientização sobre temas importantes.

— Essas reformas no PNLD fazem com que o livro perca sua força. É um absurdo considerar conteúdo sobre combate à violência contra a mulher como algo negativo. Somos um dos países que mais matam mulheres no mundo. A ONU (Organização das Nações Unidas) recomendou ao Brasil que realize políticas públicas para mudar esse cenário. O PNLD é uma política nacional que chega ao país inteiro e a muitas crianças é importante que ele faça esse trabalho de conscientização — defende.

Publicidade e revisão

A orientação em relação à publicidade também foi modificada. Em versões anteriores do edital, o documento informava que as obras deveriam estar isentas de publicidade, de marcas, produtos ou serviços comerciais. Este trecho não consta no documento atual.

Na opinião de Pellanda, esse é um dos aspectos mais graves das alterações feitas no edital:

— É um nível de absurdo muito grande. Se o livro chegar com publicidade voltada para a criança e acabará influenciando uma educação acrítica, permeada pelo marketing.

"Estar isento de erros de revisão e/ou impressão" e "incluir revisões bibliográficas" eram condições para que a obra estivesse em conformidade com o programa. Agora, elas também não são mais mencionadas no edital.

Os editais do PNLD são publicados periodicamente pelo Ministério da Educação (MEC) para a seleção de livros que chegarão às escolas públicas e outras instituições conveniadas.

No ano passado, durante a gestão de Michel Temer, o MEC suprimiu o combate à homofobia e à transfobia do edital do programa. De acordo com o texto, bastava que a produção estivesse "livre de estereótipos ou preconceitos".

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

MEC retira exigência para que livros abordem violência contra mulher

SÃO PAULO - (Atualizada às 16h53) Uma série de alterações em edital para compra de livros didáticos pelo Ministério da Educação (MEC) está gerando preocupações entre educadores e editoras.

As mudanças retiram dos critérios de avaliação das obras temas como a não-violência contra a mulher, a promoção da cultura dos quilombolas e povos do campo, além da exigência de que as ilustrações contemplem a diversidade étnica da população brasileira.

De acordo com uma fonte do MEC, o assunto foi recebido com surpresa por técnicos da nova gestão, que não tinham conhecimento da edição do documento. A mudança foi publicada no "Diário Oficial da União" no dia 2 de janeiro, mesma data em que o ministro da Educação, Ricardo Vélez, tomou posse oficialmente.

O documento é assinado por Rogério Fernando Lot, presidente-substituto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) à época, órgão vinculado ao MEC responsável pela compra dos livros didáticos. O novo chefe do FNDE é Carlos Alberto Decotelli da Silva.

Segundo a fonte, Vélez ainda está avaliando as alterações e não decidiu se serão mantidas. "Se houver inconsistências ou for contra as orientações ministeriais, certamente será alterado", destaca a fonte.

Para profissionais do mercado editorial, a repercussão é uma insegurança jurídica porque a alteração ocorre depois de as obras já terem sido entregues ao MEC para avaliação, em novembro.

Editores e educadores também temem que a mudança seja o início de um retrocesso nas exigências de que as obras contemplem a promoção da cidadania e dos direitos humanos.

Publicado originalmente em março de 2018, o edital do PNLD já sofreu cinco retificações desde então. O MEC, no entanto, não disponibiliza em seu site as versões mais antigas, para permitir a diferenciação entre os textos.

Uma comparação entre a penúltima versão, de outubro de 2018, e a mais recente, de 2 de janeiro de 2019, está circulando entre profissionais do mercado editorial.

Valter Campanato / Agência Brasil

No novo texto, foi suprimida, por exemplo, a menção à necessidade de "promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder", "com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda de não-violência contra a mulher".

Também foram retiradas menções aos quilombolas e povos do campo, em trecho sobre a promoção da cultura e história desses povos. Um parágrafo que obrigava as obras a estarem isentas de publicidade, marcas, produtos e serviços comerciais foi apagado.

Com relação à qualidade dos livros, foram suprimidos trechos que tratavam da necessidade de que a obra esteja isenta de erros de revisão ou impressão, a necessidade de incluir referências bibliográficas e de que a impressão não comprometa o verso da página.

Uma profissional responsável pela área de PNLD de uma grande editora paulista, que preferiu falar sob anonimato, avalia que a mudança causa insegurança jurídica para as empresas. "Você produziu as obras e inscreveu no programa considerando uma regra e vai ser julgado considerando outra?", questiona.

Ela lembra ainda que o edital foi feito tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de referência para os novos currículos do ensino fundamental, já aprovado em 17 Estados e no Distrito Federal.

Para Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), alterações desse tipo atrapalham o papel conscientizador da educação para questões e problemas da sociedade. "O livro didático também serve como estratégia vinculada a políticas sociais e de saúde", afirma.

Ele também destaca que, caso seja confirmada a retirada do trecho sobre quilombolas e povos do campo, os livros didáticos passarão a pressupor uma visão mais excludente de sociedade.

"Parte significativa da educação é construção de uma identidade que abranja a todos, mas iniciativas como essa quebram essa lógica e contribuem para a construção da ideia de que a sociedade é branca e heterossexual", afirma.

Em seu discurso de posse, Vélz não detalhou nenhuma medida para a educação, dando ênfase a questões ideológicas. "Combateremos o marxismo cultural, hoje presente em instituições de educação básica e superior. Trata-se de uma ideologia materialista alheia aos nossos mais caros valores de patriotismo e de visão religiosa do mundo", afirmou.

Vera Cabral, diretora-executiva da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (Abrelivros), opta pela cautela ao comentar as mudanças. "Antes de fazer qualquer manifestação, queremos ir ao MEC entender o que está acontecendo", afirma. Ela lembra, no entanto, que vários dos pontos retirados do edital estão amparados pela legislação, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que já proíbe a publicidade direcionada a crianças e adolescentes.

Quanto aos temas ligados à diversidade, Vera acredita que, embora alguns parágrafos tenham sido retirados, outros seguem contemplando a questão. "O fato de ter sido retirado não significa que vão reprovar livros que tratam disso", acredita. Segundo ela, a principal preocupação das editoras é de fato a insegurança jurídica, com a alteração do edital depois de as obras terem sido entregues ao ministério.

Procurado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não se pronunciou até a publicação desta matéria.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Nova subsecretaria do MEC fomentará escolas militares

A adesão de colégios, municípios e estados será voluntária

O Ministério da Educação (MEC) passou a contar com uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. O objetivo é expandir o modelo dos colégios militares, já que eles costumam apresentar alto desempenho em avaliações nacionais. O Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, determina que a subsecretaria servirá para elaborar um

formato de gestão escolar que envolva militares e civis para ser aplicado nas regiões brasileiras.

A adesão de estados e municípios ao modelo a ser elaborado pela Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares será feita de forma voluntária. Terão preferência para a implementação do novo formato escolas situadas em áreas de vulnerabilidade social.

Confira todas as atribuições da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares:
I - criar, gerenciar e coordenar programas nos campos didático-pedagógicos e de gestão educacional que considerem valores cívicos, de cidadania e capacitação profissional necessários aos jovens;

II - propor e desenvolver um modelo de escola de alto nível, com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, para os ensinos fundamental e médio;

III - promover, progressivamente, a adesão ao modelo de escola de alto nível às escolas estaduais e municipais, mediante adesão voluntária dos entes federados, atendendo, preferencialmente, escolas em situação de vulnerabilidade social;

IV - fomentar junto às redes de ensino e instituições formadoras novos modelos de gestão, visando a alcançar os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação;

V - implementar um projeto nacional a partir da integração e parceria com entidades civis e órgãos governamentais em todos os níveis;

VI - promover a concepção de escolas cívico-militares, com base em requisitos técnicos e pedagógicos;

VII - realizar, em parceria com as redes de ensino, a avaliação das demandas dos pedidos de manutenção, conservação e reformas das futuras instalações das escolas cívico-militares;

VIII - fomentar e incentivar a participação social na melhoria da infraestrutura das escolas cívico-militares;

IX - propor, desenvolver e acompanhar o sistema de cadastramento, avaliação e acompanhamento das atividades das escolas cívico-militares;

X - propor, desenvolver e acompanhar estudos para aprimoramento da organização técnico-pedagógica do ensino das escolas cívico-militares;

XI - desenvolver e avaliar tecnologias voltadas ao planejamento e às boas práticas gerenciais das escolas cívico-militares;

XII - propor, desenvolver e articular a autoria e o desenho instrucional de cursos de capacitação, em colaboração com as diretorias da Secretaria; e

XIII - propor e acompanhar o desenvolvimento de sistemas de controle dos projetos de cursos, gestão e formação continuada de gestores, técnicos, docentes, monitores, parceiros estratégicos e demais profissionais envolvidos nos diferentes processos em colaboração com as diretorias da Secretaria.

Influência militar na educação

O decreto fala de parcerias militares na educação não apenas nos trechos que tratam da nova subsecretaria. Na parte que fala das competências do MEC, o texto adianta: “Para o cumprimento de suas competências, o Ministério da Educação poderá estabelecer parcerias com instituições civis e militares que apresentam experiências exitosas em educação”. O decreto também estabelece que compete à Secretaria de Educação Básica “promover, fomentar, acompanhar e avaliar, por meio de parcerias, a adoção por adesão do modelo de escolas cívico-militares nos sistemas de ensino municipais, estaduais e distrital tendo como base a gestão administrativa, educacional e didático-pedagógica adotada por colégios militares do Exército, Polícias e Bombeiros Militares”.

Duas novas secretarias

Outras adições à estrutura do MEC foram a Secretaria de Alfabetização e a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação — criadas com a extinção da antiga Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). Agora, a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação será responsável por ações voltadas a estudantes com deficiência.

Já a Secretaria de Alfabetização atuará não apenas na alfabetização em língua portuguesa, mas também cuidará da alfabetização em matemática e em novas tecnologias. Também ficará a cargo da área a formação de professores. As duas novas secretarias e a subsecretaria são voltadas à educação básica, que é a prioridade da gestão do novo ministro, Ricardo Vélez Rodríguez, colombiano naturalizado brasileiro. Assim, as ações dependerão de parcerias com os governos estaduais, municipais e distrital para serem implementadas.

topo 

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MEC exclui violência contra a mulher de edital de livros didáticos

"Quilombolas" foi outro tema retirado de orientações éticas do documento.

Publicidade também passa a ser permitida nas publicações. Regras para obras que serão usadas por alunos de escolas públicas em 2020 haviam sido publicadas ano passado, e o prazo para inscrição de editoras já acabou. Por isso, alterar as normas apenas agora tem gerado polêmica

A nova administração do Ministério da Educação (MEC) alterou o edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no primeiro dia útil da gestão: 2 de janeiro. A nova versão do documento, que estabelece critérios para as obras que serão usadas do 6º ao 9º anos do ensino fundamental nas escolas públicas em 2020, não estabelece que os livros não devem ter erros de revisão ou impressão, como antes, o que compromete a qualidade do material.

A proibição a obras sem referências bibliográficas não consta mais no edital, o que abre margem para uso de materiais didáticos sem base em pesquisa e com viés ideológico, já que não será necessário comprovar o que é dito nas páginas. O veto à publicidade (mesmo no caso de análise e interpretação de texto) nos livros também foi retirado do

editais. Propagandas nesse tipo de material são consideradas abusivas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Alguns temas foram retirados da parte do edital que orientava que determinados assuntos fossem trabalhados nas obras. Entre as temáticas excluídas estão a promoção da cultura quilombola e dos povos dos campos e o combate e a prevenção da violência contra a mulher. Outra orientação deixada de fora do documento atualizado era a que previa que as ilustrações dos livros retratassem a diversidade étnica, social e cultural do povo brasileiro.

Entenda o documento

O edital do PNLD, publicado originalmente em 2018, serve como guia de orientação para editoras prepararem material didático que possa ser usado nas escolas públicas. As alterações causam polêmica, mas se alinham ao discurso do presidente, Jair Bolsonaro, e do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues. O novo chefe da pasta, colombiano naturalizado brasileiro, já anunciou que quer combater o “marxismo cultural”, além da ideologia de gênero e o “globalismo” na educação.

Todos os prazos para editoras inscreverem obras para participar do PNLD terminaram no ano passado, então, empresas do mercado editorial prepararam livros com base na versão original e, agora, temem ter o material reprovado na fase de análise, que se estende pelo primeiro semestre de 2019. A questão poderia ser até judicializada, já que editoras podem se sentir lesadas.

Veja algumas mudanças na prática

Confira o item 2.1.2, do edital, que aborda a “Observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano”, e alterações aplicadas nessa parte:

A obra deve:

- a. Estar livre de estereótipos ou preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, religioso, de condição de deficiência, assim como de qualquer outra forma de discriminação, violência ou violação de direitos humanos.
- b. Estar livre de doutrinação religiosa, política ou ideológica, respeitando o caráter laico e autônomo do ensino público.
- c. Promover positivamente a imagem da mulher, assim como a imagem de afrodescendentes, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, valorizando sua visibilidade e protagonismo social, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não violência contra a mulher;
- d. Promover positivamente a cultura e história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos dos campos brasileiros, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes;
- e. Representar a diversidade cultural, social, histórica e econômica do país;

f. Representar as diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais de povos e países;

g. Promover condutas voltadas para a sustentabilidade do planeta, para a cidadania e o respeito às diferenças.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MEC libera que livros didáticos usem dado sem fonte e ignorem diversidade Novas diretrizes para livros destinados aos alunos das últimas séries do ensino fundamental foram publicadas no dia 02 e valem a partir de 2020

São Paulo — O Ministério da Educação do governo de Jair Bolsonaro alterou as diretrizes do edital que orienta a produção dos livros escolares para os anos finais do ensino fundamental: 6º ao 9º ano, ou alunos na faixa entre 10 e 15 anos.

Publicado no dia 2 de janeiro, no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o novo texto reformula alguns trechos do anterior, que foi aprovado no começo de 2018.

Há mais de doze alterações, identificadas pela reportagem, que determinam novos critérios para os livros que devem chegar às unidades de todo país em 2020.

Dentre as mudanças técnicas, foi retirado o item que impedia erros de revisão e impressão e também não é mais obrigatório que os materiais tenham referências bibliográficas, abrindo caminho para divulgação de informações sem fonte claramente indicada.

Também foi retirado um item que proibia propaganda, mencionando que os livros não podiam ter “publicidade, de marcas, produtos ou serviços comerciais”.

Isso impedia o uso mesmo de ilustrações para análise de texto, como uma propaganda antiga que ilustrasse uma característica histórica de uma sociedade, por exemplo.

De forma geral, houve uma mudança na própria estrutura do texto. Enquanto antes haviam vetos explícitos, agora há uma orientação geral que ignora aspectos mencionados anteriormente.

Veja também

Jair Bolsonaro e Ricardo Veléz Rodriguez

BRASIL

Grupo de escolas de elite divulga carta crítica ao ministro da Educação

query_builder7 jan 2019 - 19h01

Em relação às questões sociais, não há mais proibição em relação a conteúdo que promova negativamente a imagem dos povos do campo.

Outro trecho excluído era aquele proibindo obras que desconsiderassem “o debate acerca dos compromissos contemporâneos de superação de toda forma de violência, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher”

Também foi retirada uma exigência de que as ilustrações deveriam “retratar adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e

cultural do país”.

Outro trecho suprimido destacava a necessidade de que as obras tratassem de saúde, sexualidade, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural.

Histórico

As mudanças do edital consolidam o posicionamento do novo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, que teve como primeiro ato desmontar uma secretaria responsável por ações de diversidade, como direitos humanos e relações étnico-raciais.

O ministro declarou diversas vezes que combaterá a “ideologia de gênero nas escolas” e o “marxismo cultural” e não permitirá que “pautas nocivas” aos costumes sejam “impostas” ao país.

“Combateremos o marxismo cultural, hoje presente em instituições de educação básica e superior. Trata-se de uma ideologia materialista alheia aos nossos mais caros valores de patriotismo e de visão religiosa do mundo”, afirmou Rodríguez em sua cerimônia de posse, em 2 de janeiro.

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, já deu declarações contrárias à forma com que a educação é tratada no Brasil. Para ele, “quem ensina sexo é papai e mamãe”. Esse, inclusive, é um tema que “não precisamos discutir”. Em sua avaliação, a maioria dos brasileiros “quer isso”.

Uma pesquisa do Datafolha, divulgada nesta semana, mostra que 54% dos brasileiros apoia a educação sexual nas escolas. As mulheres concordam mais do que os homens (56% e 52%, respectivamente), mas fica empatado na margem de erro.

A reportagem entrou em contato com o Ministério da Educação questionando a justificativa para as mudanças, quem as orientou e se há alguma avaliação de risco de que informações erradas sejam transmitidas aos alunos. A matéria será atualizada assim que o posicionamento for recebido.

O DIA - PI - EM DIA

Pais têm dificuldades para matricular filhos

Teresina tem a melhor educação do Brasil, mas também ainda há muitos bairros sem creches e escolas de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano. No início do ano, começa o drama de muitas mães pela busca de estabelecimentos que possam aceitar seus filhos. Apesar das 306 unidades de ensino municipal, a dificuldade maior está na ausência de escolas no próprio bairro. A idade de 0 a 3 anos é a fase em que o cérebro humano está a pleno vapor: é quando as informações, experiências, imagens, sons e texturas - tudo o que a criança vivencia - que é base para aprendizagem e comportamento durante toda a vida. As creches são locais de estímulos e experiências que contribuem com essa etapa do desenvolvimento. Quando se tem a falta delas, isso ajuda a acentuar as diferenças sociais. Na educação infantil, que vai de 0 a 3 anos (creche) e de 4 a 5 anos (pré-escola), a oferta é obrigatória e deveria ser acessível a todos. Mas nem sempre isso é cumprido. A PMT possui uma rede com 157 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e 149 escolas de ensino de educação básica e atende crianças de 6 meses até 14 anos que são crianças do berçário até o 9º ano do Ensino Fundamental. O Ensino Fundamental I, também conhecido como anos iniciais, inicia-se logo após a educação infantil e é

composto por 5 anos, sendo do 1º ano ao 5º ano. Apesar do número de escolas na capital e em regiões rurais, grandes bairros como Bela Vista I, II, III e Loteamento Novo Bela Vista não possuem nenhuma escola de Ensino Fundamental da Prefeitura. A região só possui uma creche, a Centro Infantil Luiz Gonzaga Pires. No local, não há vagas para o maternal e apenas para crianças do 1º período de 4 anos e do 2º para crianças de 5 anos, no turno da tarde.

Em 2018, um total de 87.756 alunos foram matriculados no ensino municipal. 24 mil crianças só na educação infantil. A expectativa para este ano é de 26 mil. A PMT informou que as vagas para crianças menores de 4 anos ainda são poucas e destinadas a mães que trabalham. No entanto, garantiu que 11 novos centros de educação infantil serão entregues em 2019, destes 4 inaugurados em fevereiro. De acordo com o Conselho Tutelar do Município, os pais que não conseguirem vagas nas escolas da rede municipal devem recorrer à entidade para solucionar o preenchimento de vagas nas regiões com déficit. Os artigos 53 e 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) obrigam o estado propiciar educação obrigatória e gratuita a crianças e adolescentes.

Bairros como Bela Vista e Loteamento Novo Bela Vista não possuem escolas de Ensino Fundamental

Alunos são matriculados longe de casa

O drama da dona de casa Marília Pereira, mãe de três filhos – 04, 08 e 12 anos que não tem como matricular os filhos no Bela Vista, é ainda maior. Ela já enfrenta o pesadelo de não conseguir vagas. “No Bela Vista não há escolas e vagas. Eu fui ao Parque Piauí para conseguir uma vaga na creche, mas tenho que dormir, ir de madrugada lá. Para a idade dela não são nem 40 vagas”, afirma, na tentativa de achar uma vaga em uma creche nos arredores para a filha mais nova. A mãe conta que o filho, Antônio Marcos, 08 anos, estuda em uma escola municipal a mais de 4 quilômetros de distância da casa deles. “No caso do Antônio, pago uma pessoa para vir buscar e deixar todos os dias. Ele está no 2º ano”, reclama. Já a filha mais velha, Milena, que estuda na Escola Municipal do Parque Piauí, a prefeitura disponibiliza um ônibus para o transporte dos alunos. Enquanto espera uma solução viável oferecida pela prefeitura do município, Marília convive com as incertezas sobre a educação e o futuro dos três filhos. “Já está com três anos que o transporte aos estudantes não existe mais para algumas escolas aqui no Bela Vista. Uma creche no Vamos Ver O Sol pega crianças de berçário até 6 anos de idade e uma outra no Porto Alegre, mas fica muito contramão para mim, que não tenho transporte. Só tem escolas longe. Estou tentando colocar meus filhos em escolas integrais, como uma no Promorar, que é mais pertinho”, admitiu. No mesmo bairro, outra mãe passa por situação semelhante. A doméstica Marilene Farias só conseguiu matricular o filho, Rai Santos, 08 anos, em uma escola municipal de um bairro vizinho. A única escola que atende alunos do Ensino Fundamental na região é a Escola Municipal Luiz Fortes, na Rua Delfim Moreira, no Lourival Parente. “A situação no Bela Vista é a mesma para todas as mães, não temos escolas do 1º ao 5º ano. Só consegui matricular meu filho na Escola Municipal Luis Fortes, que fica em outro bairro. Não tenho transporte e vou deixá-lo a pé, apesar da distância”, conta. Apesar do crescimento populacional do Bela Vista, não houve construção de nenhuma nova escola ou creche no bairro e, segundo os moradores, a disponibilidade de vagas na única escola no local foi mínima.

O Instituto Federal do Piauí (IFPI) está com inscrições abertas para a seleção de alunos em dois cursos superiores e duas especializações, todos ofertados na modalidade a distância. As vagas, que totalizam 700, são oferecidas em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Os cursos estão divididos em dois editais. No primeiro, cujas inscrições vão até 10 de janeiro, as vagas são para os cursos de Graduação em Ciências da Natureza (segunda licenciatura) e de Especialização em Educação Especial e Inclusiva e em Ensino de Ciências (anos finais do Ensino Fundamental). Os cursos estão distribuídos nos polos de Angical, Parnaíba, Pedro II, Paulistana, São Raimundo Nonato, Barras, Cocal e Campo Maior. Já o segundo edital é específico para o curso de Licenciatura em Física. São

INPI A DISTÂNCIA

IFPI oferece 700 vagas na modalidade a distância

175 oportunidades distribuídas em polos nos municípios de Buriti dos Lopes, Castelo do Piauí, Floriano, Campo Maior, Monsenhor Gil e Valença. Para essas vagas, as inscrições podem ser feitas até 31 de janeiro. Em todos os cursos, há reserva de vagas para pessoas com deficiência. “Estamos ampliando a oferta do ensino superior, atuando não apenas no presencial, mas também na modalidade a distância, proporcionando a formação de pessoas em diversas localidades do Piauí. Isso mostra a importância da tecnologia para transformar vidas por meio da educação”, destaca o reitor Paulo Henrique Gomes de Lima. No Piauí, a Universidade Aberta do Brasil tem como parceiros, além do IFPI, a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) e a Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Abertas inscrições para curso on-line do Inpi

Estão abertas, até 1 de fevereiro, ou enquanto houver vagas, as inscrições para a primeira edição deste ano do Curso Geral de Propriedade Intelectual a Distância (DL101P BR). A capacitação é oferecida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), em parceria com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). O curso é on-line, gratuito, e será realizado de 5 de fevereiro a 5 de abril. Ele tem carga horária de 75 horas e apresenta uma visão geral sobre diversos temas relativos à Propriedade Intelectual, com enfoque na legislação brasileira. As inscrições são realizadas pela internet. Dentre os temas a serem abordados, estão: direitos autorais, patentes, marcas, indicações geográficas, desenhos industriais, proteção de novas variedades vegetais/ cultivares, concorrência desleal, informação tecnológica, contratos de tecnologia e tratados internacionais. Os alunos aprovados no curso receberão certificado emitido pelo INPI e pela OMPI.

topo ↕

ZERO HORA - RS - ECONOMIA

No Ensino Médio, 70% dos estudantes ...

No Ensino Médio, 70% dos estudantes tiveram desempenho insuficiente em matemática e português no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Qual a sua proposta pedagógica para melhorar a aprendizagem dos alunos?

Eu estive conversando com o pessoal do pedagógico. A gente nota que esse fluxo entre aluno, professor e coordenação é muito falho. O primeiro passo é monitorar isso, ver o que está dando resultado e corrigir o que não está dando resultado. Mesmo com o

reforço em matemática e em português que se fez na rede, o desempenho é baixo.

O Ideb do Ensino Médio foi de 3,4, em uma escala de zero a 10, em 2017 O mesmo índice de 2005, quando se começou a série histórica. O que fazer?

No Ensino Médio, tem alguns fatores que pesam mais: a falta de perspectiva de futuro, que leva à evasão. Esse jovem entra no primeiro ano e não sabe o que vai fazer lá na frente, não tem proposta de ensino técnico. Acho que o grande investimento é nas escolas técnicas, com ações voltadas para as demandas da sociedade. Esse jovem precisa sair com perspectiva de vida.

A reforma do Ensino Médio, sancionada em 2017 pelo presidente Temer, prevê o ensino a distância. Isso será feito na rede estadual?

Discutimos isso na sexta-feira. E uma boa alternativa, a questão é avaliação, qualidade e resultados. Isso baixa o custo aluno, mas também precisa dar qualidade. Ainda estamos avaliando de que forma montar essa estrutura. Existem algumas disciplinas com número escasso de educadores, então isso pode ser uma alternativa.

O presidente Bolsonaro defende a militarização das escolas públicas, inclusive foi criada uma subsecretaria no MEC para tratar do assunto. O senhor vai procurar o novo governo para trazer essa proposta para as escolas estaduais?

Temos hoje nove escolas Tiradentes, da Brigada Militar, que têm desempenho bom, mas têm turno integral, os professores são uma elite, apesar de eu não gostar desse termo, e há disciplina.

E uma coisa que me atrai bastante. Todo o benefício que trouxermos para o aluno, seja militar ou não, é bem-vindo.

No dia em que foi anunciado como novo secretário, o senhor falou que este não é o momento para discutir o Escola sem Partido. Mas não ficou clara a sua posição sobre o projeto. Qual é?

Acho que o momento em que vivemos no país não é o melhor para essas discussões. Temos tantas prioridades hoje, será que não temos coisas mais importantes para debater neste momento?

Eu concordo que a escola tem de ser independente de questões políticas, mas não é o momento para essa discussão.

O senhor acredita que existe ideologia de gênero e doutrinação marxista nas escolas?

Existe.

Pode citar um exemplo?

Essa discussão do que é correto. A ministra (Damares Alves) fez um comentário, já voltou atrás, disse que não é bem assim do azul e rosa. Para aí: muda o quê?

O senhor acredita que os professores estimulam os alunos a seguirem uma determinada orientação sexual?

Não diretamente, porque hoje o grau de liberdade que se tem de informação... A gente sabe que aumentou muito essas relações (de pessoas do mesmo sexo) e elas muitas vezes não são bem vistas dentro da escola. Eu parto do pressuposto de que homem é homem e mulher é mulher. Ok, mas tem que respeitar o espaço do outro.

Paulo Freire tem sido demonizado pela direita, especialmente pelo governo Bolsonaro e seus apoiadores. Mas ele é o intelectual brasileiro mais citado em pesquisas sobre educação no mundo, sendo referência para renomados autores estrangeiros. Qual a sua opinião sobre Paulo Freire e sua visão sobre a educação?

O Paulo é uma referência, não política, mas de todos os educadores. Na prefeitura de Campo Bom, no mínimo em seis anos de aberturas do ano letivo com educadores na rede (municipal) Paulo Freire era referência.

Sempre se buscou pessoas para fazer palestras da linha de Paulo Freire. Educação não é direita ou esquerda. E o Paulo Freire é alguém que conseguiu se sobrepôr a isso. Se as suas ideias na área da educação, fantásticas, de valorização do nível intelectual do educador, não forem aproveitadas, vai nivelar por baixo.

topo ↕

BONDE NEWS - TEMPO REAL

Programas de mestrado da UEL captam 44 bolsas

A UEL foi contemplada com 44 bolsas de mestrado, resultado da chamada de bolsas Fundação Araucária e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** (011/2018). Os recursos, destinados ao pagamento das bolsas, somam R\$ 1.514,000,00, beneficiando 27 áreas do conhecimento dentro dos programas de pós-graduação (mestrado) da Universidade.

Participaram da chamada Fundação Araucária/**Capes** universidades estaduais e federais, além de institutos de pesquisa paranaenses. A UEL foi a instituição que captou o maior número de bolsas, ultrapassando inclusive instituições federais.

Na avaliação do pró-reitor de pesquisa e pós-graduação da UEL, Amauri Alfieri, o saldo positivo alcançado pela UEL é resultado da divulgação direta junto aos coordenadores dos programas de pós-graduação. Segundo números da Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação (PROPPG), a UEL soma o total de 47 programas de pós-graduação em nível de mestrado, sendo 40 acadêmicos e sete profissionais.

Foram contemplados programas de pós-graduação da UEL nas seguintes áreas: física, enfermagem, ciências da reabilitação, filosofia, biotecnologia, sociologia, ciência animal, engenharia de edificação e saneamento, agronomia, educação física, serviço social e política social, geografia, educação, arquitetura e urbanismo, administração, ciência da informação, engenharia elétrica, ciências farmacêuticas, ciências fisiológicas, letras, análise do comportamento, microbiologia, ensino de ciências e educação matemática, estudos da linguagem, direito negocial, patologia experimental e psicologia.

A Fundação Araucária informa que o cadastro do bolsista no sistema da Capes - primeiras 130 cotas - será realizado a partir do dia 4 de fevereiro.

topo ↕

CANAL ENERGIA - TEMPO REAL

UFSCar abre inscrições para Mestrado em Engenharia Elétrica

Programa oferece 12 vagas para linhas de pesquisa em Fotônica: materiais e dispositivos, Processamento digital de sinais e Smart grids. Inscrições vão até 18 de janeiro

Após aprovação junto a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes**, a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar anunciou a abertura das inscrições para o processo seletivo para a primeira turma de mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica – PPGEE.

O Programa é focado em Sistemas Elétricos e Eletrônicos, com três linhas de pesquisa: “Fotônica: materiais e dispositivos”, “Processamento digital de sinais” e “Smart grids“. São 12 vagas oferecidas, sendo três na linha de Fotônica, quatro na segunda linha e cinco em Smart grids. As candidaturas correm até o dia 18 de janeiro.

A linha de pesquisa em Fotônica é dividida em três frentes: investigação das propriedades de novos materiais semicondutores, com potencial para aplicação em dispositivos optoeletrônicos e fotônicos; desenvolvimento de processos de micro e nano fabricação, voltado à pesquisa de novos dispositivos fotônicos e o estudo e a implementação de técnicas de caracterização avançadas, para a investigação das propriedades dos novos materiais e a avaliação de novos dispositivos, em que se vislumbra aplicações para sistemas fotovoltaicos.

Já a parte de “Processamento digital de sinais” tem como objetivo realizar estudos teóricos, modelagens, análises e aplicações de técnicas para o processamento, entendimento, resgate e extração de informação de sinais de diversas fontes, que permitam a criação de modelos matemáticos e algoritmos a serem executados por dispositivos digitais programáveis. As principais aplicações nesta linha estão orientadas ao projeto e à implementação de técnicas para o processamento de sinais biomédicos, para sistemas de telecomunicações, mecatrônicos e para smart grids, dentre outros tipos de sistemas.

Na terceira linha, o foco principal é dado pelos conceitos de smart grids e microgrids, com destaque ao forte emprego de eletrônica de potência ao processamento de energia e ao acionamento e controle de máquinas elétricas.

Segundo a Universidade, as pesquisas buscam contribuir para o aprimoramento das tomadas de decisão por concessionárias de transmissão e distribuição de energia elétrica e por usinas geradoras, bem como para a maior eficiência e confiabilidade de sistemas elétricos de potência. Consumidores residenciais, comerciais e industriais também estão incluídos, em pesquisas visando ao gerenciamento de energia pelo lado da demanda.

Mais informações sobre o processo seletivo estão disponíveis no site do PPGEE, onde também há mais detalhes sobre o Programa, como disciplinas e docentes.

topo ↕

O COLETIVO - TEMPO REAL

"Um País baseado em tecnologia será ponta de lança do desenvolvimento"

Em 29 de março de 2006, Marcos Pontes tornou-se o primeiro brasileiro a ir ao espaço com a Missão Centenário – nomeada em homenagem ao voo inaugural de Santos Dumont com o 14-Bis. Quase 13 anos após aquela data histórica, o paulista de Bauru chega ao cargo de ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) disposto a colocar sua experiência como astronauta, engenheiro e tenente-coronel da Força Aérea Brasileira (FAB) a serviço do povo brasileiro.

Em entrevista ao portal Planalto, ele coloca como prioridades da pasta o fortalecimento da Agência Espacial Brasileira (AEB) e dos centros de lançamentos de satélites no Brasil, além de promover o lançamento de foguetes neste ano. Na visão do ministro, um dos desafios é a conclusão dos lançadores com propelente líquido, em desenvolvimento no Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), organização ligada ao Comando da Aeronáutica.

“Nós precisamos, primeiro, melhorar o resultado de projetos. Isso significa trabalhar com mais eficiência com o que nós temos. E também pleitear, através dos resultados obtidos, mais orçamentos que possam ser aplicados nessa área [o programa espacial]”, destacou o ministro. “É importante você usar o que tem. Então, é importante também para motivar as pessoas que trabalham e já vê algum resultado prático de tudo isso.”

No Dia do Astronauta, o ministro revelou ter um desejo: ver mais brasileiros seguindo seus passos e indo ao espaço. Para que isso aconteça em um futuro próximo, Pontes pretende desenvolver as bases de uma política espacial mais moderna e eficiente. “Gostaria, sem dúvida nenhuma, não só de dar o início a essa situação, mas também de participar do treinamento”, afirmou.

Confira a entrevista:

Planalto: Ministro, a gestão do senhor começou agora, na semana passada. Uma das autarquias que são vinculadas ao ministério é a Agência Espacial Brasileira (AEB). O senhor tem um conhecimento muito grande nessa área. Quais são os planos para esse órgão e como o senhor pretende usar sua vivência na área para desenvolver as atividades espaciais do País. Também emendo: vai ter um novo astronauta no País?

Ministro Marcos Pontes: olha, a Agência, logicamente, por toda a minha ligação com isso, trabalhando décadas nessa área, eu tenho um carinho muito especial. Não esquecendo dos outros, mas logicamente é uma área que eu tenho muito carinho e nós temos muitos planos para a nossa agência. Lembrar que nós temos o Programa Espacial Brasileiro, é um programa antigo, muitas vezes o pessoal não se lembra disso, mas é um programa que começou lá na década de 1960, e que ao longo do tempo nós desenvolvemos plataformas de lançamento, a própria construção de satélites, de cargas úteis no Brasil, e o desenvolvimento de foguetes. Agora, nós não temos o sucesso que nós gostaríamos de ter. Nesse sentido, nós precisamos, primeiro, melhorar esse resultado de projetos. Isso significa trabalhar com mais eficiência com o que nós temos. E também pleitear, através dos resultados obtidos, mais orçamentos que possam ser aplicados nessa área.

Nós temos uma luta grande aí para ter os nossos lançadores com propelente líquido, etc., então isso tem sido feito pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço. Nós temos o INPE com uma infraestrutura muito boa para testes de satélites e integração de satélites. Para

a construção de satélites nacionais, nós temos a [base de] Alcântara e a Barreira do Inferno, com capacidade de lançamento de foguetes. A Barreira do Inferno lógico, mais restrita, em foguetes bem menores, mas a Alcântara sim com mais possibilidades. Então para esse ano a gente pretende colocar já em prática, com o que nós temos, alguns lançamentos já para que, em foguetes, da capacidade que nós temos. É importante você usar o que tem, então é importante também para motivar as pessoas que trabalham e já vê algum resultado prático de tudo isso.

Nós temos essa dualidade em aplicações militares e civis no programa. Então nós vamos dar um enfoque, através da agência espacial, bastante grande em pesquisa, na parte civil também do programa. A parte militar mais ligada à Força Aérea, também tem um enfoque dado pela Força Aérea, e eu espero que em um futuro médio, nós consigamos ajustar todo esse programa, ter uma base, a base de Alcântara, o Centro de Lançamento de Alcântara já operacional e com lançamentos comerciais acontecendo, integrando a comunidade dentro do centro, que é importante essa parte também, o desenvolvimento econômico e social da região. E que nós tenhamos aí a preparação de um segundo astronauta ou mais. E eu gostaria, sem dúvida nenhuma. Não só de dar o início nessa situação, mas também de participar do treinamento, por que não, né?

Quais são os principais objetivos da sua gestão para esses primeiros 100 dias? Já existe uma prioridade para esse período?

Existe. Nós trabalhamos em três frentes nesses primeiros 100 dias. A primeira delas é, junto com outros ministérios, uma ferramenta de suporte técnico para desenvolvimento de sistemas ou testes de sistemas para dessalinização. Então a ideia é que nós possamos construir uma instalação de testes usando um poço já construído. Ou seja, já existente, em que nós pegamos essa água salobra, possamos tratar essa água com vários tipos de máquinas diferentes em que possa ser trocada, medir qual a energia consumida, qual a vazão, qual a qualidade da água e assim por diante. Uma série de medidas que precisamos fazer com essas máquinas e fazer um comparativo de vários tipos de máquinas e fornecer esses dados para o desenvolvimento regional, o Ministério de Desenvolvimento Regional, e outros ministérios que vão trabalhar então na implantação do sistema de segurança hídrica na região. Então o Ministério de Ciência e Tecnologia, a gente preparou tudo isso para ser uma ferramenta de suporte aos outros setores do governo como Agricultura, como a Indústria, como o Desenvolvimento Regional, e assim por diante, Saúde.

Nesses primeiros dias eu já vi o senhor citando o acesso à banda larga como, em regiões remotas principalmente, como um dos grandes desafios da pasta na sua gestão. Como é que a gente faz para ampliar a oferta da tecnologia nessas regiões mais distantes do País? Essa é a nossa segunda frente de trabalho. Nós temos um satélite em operação, que nós precisamos agora dar estrutura de solo. Isso havia algumas travas jurídicas em torno do desenvolvimento dessa estrutura. Nós temos trabalhado para destravar esses problemas (...) para que a gente possa instalar a infraestrutura necessária para levar a banda larga. Eu penso, pessoal fala que eu sou meio obcecado por educação, então eu vou já me defendendo que é verdade mesmo. Eu sou. Sem educação a gente não consegue construir o País que a gente quer. E você poder contribuir através da banda larga. Imagine em escolas, comunidades distantes, onde pode se levar o conhecimento também, isso é extremamente importante. Então esse também é um projeto prioritário nosso aqui, de levar banda larga para as regiões, especialmente essas regiões mais

distantes ou menos favorecidas pelo sinal aqui no País.

É um terceiro projeto, também de prioridade neste começo agora, (...) é levar ciência e tecnologia para o ensino fundamental, para o ensino médio. De novo aquela questão da educação, você pode até falar, “pô, esse cara fala de educação”, mas a ciência e a tecnologia é conectada com a educação diretamente. Então nós temos já uma parceria com o Ministério da Educação de levar robótica, astronomia, rádio amador, eletrônica, para a criança do ensino fundamental de escolas públicas no Brasil. Para que isso? Para incentivar as carreiras de ciência e tecnologia para que nós tenhamos mais astronautas, engenheiros, médicos, etc. Além disso, a formação dos professores de ciências para que eles deem as aulas de uma maneira eficiente com as crianças, trabalhem com projetos de ciência, a divulgação científica e tudo mais. Então a gente precisa construir um País baseado em tecnologia, vai servir como ponta de lança do desenvolvimento estratégico do País.

O senhor falou ao assumir o cargo foi sobre o caráter transversal que a tecnologia tem. Como esse conceito vai ser aplicado na prática?

Nós preparamos o ministério de forma a ele servir como uma ferramenta para os outros ministérios. O que que significa isso? Nós temos dentro do ministério conhecimento, nós temos centros de pesquisas espalhados em várias áreas do conhecimento aqui no Brasil. Cientistas extremamente capazes, nós temos centros de inovação que pretendemos colocar em várias regiões do País, segundo a vocação de cada região, para incentivar a criação de novas startups por exemplo, para melhorar produtos existentes, serviços existentes. E aí, quando você fala nesses outros setores, nós temos aqui hoje em dia uma Secretaria de Tecnologias Aplicadas. Qual a finalidade dessa secretaria? Através de estabelecimento de cooperação, por exemplo, com o Ministério da Agricultura, em que se detecte um certo tipo de tecnologia por exemplo para trabalhar com sensores de umidade que possam ser lidos através de drones ou através de satélites, e que possam regular a água nessas plantações de uma maneira eficiente. Nós podemos desenvolver a parte de tecnologia para isso. A Agricultura, ela não tem que se preocupar com a tecnologia, nós somos o setor técnico aqui para fazer esse trabalho para eles. Então nós usamos toda essa estrutura do ministério para servir a Agricultura e em última instância, melhorar riquezas para o País, melhorar a qualidade de vida para o País.

Qual vai ser o papel da Finep, do CNPq, agências na gestão do senhor? O Brasil tem um modelo muito interessante, diga-se de passagem. Porque nós temos no Ministério da Educação a **Capes** trabalhando com a pós-graduação. Aí no Ministério de Ciência e Tecnologia nós temos o CNPq trabalhando já com a pesquisa, junto com os pesquisadores, fornecendo bolsas de pesquisa. Às vezes o pessoal fala assim “pesquisa básica serve para quê?”. Olha, serve para muita coisa. Se você pegar algumas dessas pesquisas básicas, estamos chamando de pesquisas básicas a pesquisa mais universal, para você buscar algumas delas e juntar, muitas vezes você tem uma tecnologia disruptiva saindo dali. Então é importante sempre a produção de conhecimento. De repente algumas dessas ideias geradas nessas pesquisas se transformam em inovações. Aí vem a pergunta: como é que a gente vai financiar essas inovações?

A Finep entra aí podendo auxiliar ou financiar essas novas ideias para que nós tenhamos novas startups. Então a Finep usa, mas isso é suficiente? Não, a gente precisa também

do setor privado com a participação direta com isso. Então a ideia de se criar um ambiente de negócios propícios para as empresas do País que trabalham com tecnologia terem mais facilidade, terem melhor financiamento para que elas tenham melhor facilidade, desburocratização, vamos dizer assim, para que eles trabalhem no Brasil em empresas que venham inclusive trabalhar no Brasil produzindo riquezas para o País e também qualidade de vida como resultado do produto ou serviço que eles ofereçam.

Neste período de transição o senhor conseguiu observar que áreas o ministério ainda precisa de algum reforço na atuação ou alguma correção nos rumos?

Sem dúvida, o ministério é muito grande. É um ministério que nós temos várias entidades conectadas no ministério além do próprio ministério, então uma organização desse tamanho você sempre tem o que melhorar. Então por isso que uma das nossas secretarias ela tem, atualmente, a finalidade de criação de índices de retorno de investimento, medir a nossa eficiência como organização. E para que você acompanhe esses projetos de uma forma mais eficiente (...) você precisa ter esses indicadores. E além disso eles trabalham também na otimização dos processos. Inclusive na otimização das pessoas que trabalham ali. Seja na melhoria da qualidade do ambiente de trabalho, seja na melhoria inclusive da formação dessas pessoas, aperfeiçoamento contínuo, aprendizado contínuo, e assim por diante. (...) Nós esperamos desse ministério ser cada vez mais eficiente, para isso nós criamos essa estrutura toda para suporte.

E falando em estrutura, como é que o senhor avalia a estrutura atual do ministério?

Nós fizemos uma avaliação durante o período de transição baseado no seguinte: qual é o resultado que eu quero? Imagina, você chega em uma empresa por exemplo, você fala, qual o produto que eu quero ter? Qual a qualidade desse produto ou a qualidade do serviço oferecido junto com esse produto e nós detectamos algumas necessidades de mudanças.(...) Então a primeira parte é produzir conhecimento, a segunda parte é produzir riquezas para o País; a terceira, melhoria de qualidade de vida das pessoas. Será que a gente está atendendo isso de uma forma eficiente? Então, precisaria de alguns detalhes. Foi por isso que a gente mexeu nas secretarias, trabalhou durante esse período de transição para mexer nessas secretarias e colocá-las de forma a atender exatamente essa missão para o País.

E é isso que nós fizemos e a gente espera que o ministério tenha muita eficiência, que as pessoas que trabalham no ministério sejam felizes também trabalhando também porque é importante. Você não consegue ter resultados positivos se as pessoas que estiverem trabalhando não se sentirem bem fazendo aquilo lá, que elas tenham um propósito, que elas saibam o porquê... Por exemplo, o faxineiro, como era o meu pai, ele tem que saber o porquê que ele estava fazendo aquilo, não é só para limpar o chão. Ele está fazendo isso porque ele está ajudando a produzir conhecimento para o País, está ajudando a produzir riquezas, está ajudando a melhoria da qualidade de vida das pessoas, entendeu? Cada pessoa tem que ter orgulho das coisas que faz dentro do ministério. De qualquer pessoa mais simples até o ministro, até qualquer outra pessoa, até o presidente da República. Então, tem que ter um objetivo único que é ser o melhor para o Brasil.

Nesta quarta-feira (9) é o Dia do Astronauta. O senhor poderia lembrar para a gente como foi essa experiência de representar o Brasil no espaço?

Olha, aquele momento ali, no espaço, com a bandeira do Brasil, representou um momento em que eu espero que todos os brasileiros tenham tido o orgulho da bandeira. Tenham tido orgulho da nossa Pátria. E eu espero que as crianças também tenham percebido que é possível você realizar qualquer sonho desde que você se dedique e estude para isso. Acho que foi um momento que representa um períodozinho curto, mas extremamente representativo, na história do País.

Foi um período curto, mas a preparação veio lá de trás. O senhor começou em 1998 o treinamento até o momento da missão em 2006. O que aconteceu durante esse período?

Um voo espacial ele sempre tem uma preparação muito intensa. Na verdade, quando você chega na Nasa [agência espacial dos Estados Unidos], para você se formar um astronauta profissional, são dois anos de treinamento. Aliás, começa aí uma parte interessante. Eu mesmo achava que o treinamento era parte física basicamente, treinamento físico. Não é. Treinamento é técnico, 70% de treinamento técnico. Você tem que entender dos sistemas, como fazer manutenção dos sistemas, como você faz reconfiguração do sistema, como você opera o sistema em situação normal e de emergência.

Lembrar que eu sou especialista de missão, que é um nome bonito para dizer mecânico de espaçonave. Então, a minha primeira função a bordo é justamente essa, a parte técnica, a manutenção. 15% do treinamento é a parte emocional, como você trata das condições, lembrar que você está dentro de um local restrito, confinado, com outras pessoas, operando em estresse e em situação de risco. A parte emocional é extremamente importante. Por isso que nós trabalhamos com psicólogos, com psiquiatras, continuamente. Aí vem a parte fisiológica, como que seu corpo, sua saúde, está preparado para o espaço. Porque o espaço deteriora muito sua saúde. Então os médicos acompanham você diariamente. Quando chega próximo do voo é muito intensa essa preparação. E aí 5% é a parte física mesmo, a preparação física, que é a mais simples mas é importante também.

E esse treinamento inicial dura dois anos. E aí você se forma como astronauta profissional. Ok, vai voar logo na sequência? Não. Aí tem toda uma outra preparação, tipo treinamento avançado. Aí você tem a parte de atividade extraveicular. Eu sou qualificado em atividade extraveicular, que é você sair fora da espaçonave com aquele traje branco. Então aquilo tem uma preparação intensa também dentro da piscina. São mais de 140 horas dentro da piscina, para você ser básico naquilo lá, e assim vai.

Aí você tem a parte de robótica, outras áreas que você se prepara, aguardando a escala. Eles juntam a tripulação segundo as necessidades da missão, em segundo as características psicológicas e profissionais de cada um. Um dia você recebe aquela informação: “Olha, você está escalado para voar daqui a um ano ou daqui a seis meses”. No meu caso, foi daqui a 6 meses, então eu tinha que correr muito no treinamento final que é mais aplicado ao que você vai fazer naquela missão especificamente, então também é bastante intenso. Da minha turma, (...) éramos em 32 astronautas. Eu fui o segundo a ser escalado. Isso depois de oito anos do início do treinamento.

E como é que foi esse momento que o senhor recebeu esse comunicado, que vai ao espaço?

Foi um momento muito marcante. Eu lembro disso porque eu recebi uma ligação do chefe da estação espacial, ele falou assim: “Marcos, você está escalado para voar ano que vem”. No momento eu “opa, que legal e tal” mas como? Isso aí foi em 2005, não é? Como que a gente não tem espaçonave, lembro que teve um acidente da Columbia, e estava tudo parado, não havia espaçonave voando lá. Eu falei “como”? Ele “não, não, você vai voar com os russos”. Com os russos? É. Naquela época não era comum.

Hoje em dia é comum, hoje em dia todos os astronautas americanos voam com os russos, mas naquela época ainda estava começando isso. E lembra? Eu sou especialista em missão, mecânico de espaçonave, entendia tudo do nosso lado mas não do lado russo. Então eu tinha que aprender tudo a respeito dos sistemas russos e assim por diante. Eu tinha só cinco meses para treinar. Então o desafio era enorme para aprender tudo aquilo e fazer as minhas funções a bordo, as funções técnicas também do lado russo, e no final da conversa ele falou assim: “Olha, você sabe que treinamento lá é em russo, né? Você vai ter que aprender a falar russo também. Então você tem três meses em paralelo para aprender a falar russo”. Tenta aprender a falar russo em três meses que você vai ver como é que foi.

Deu certo?

Deu certo, deu certo. Lógico que eu falo russo que bem tudo quebrado né? Mas a língua é muito rica. Então mesmo você falando faltando alguns elementos básicos da frase eles conseguem entender. E a tripulação... nós treinamos tanto juntos em situações tão difíceis, que muitas vezes você não precisa nem falar nada. Você olha para a pessoa ela já sabe o que tem que fazer, cada um sabe a sua tarefa em cada momento, então tudo acontece em uma velocidade muito grande em que a língua passa a ser secundária. E é interessante que muitas vezes eu falava em inglês, o (...) respondia em russo, e a gente se entendia perfeitamente sem problema nenhum.

O que dizer para as crianças e jovens nesse momento que o Brasil começa um novo governo, expectativas renovadas, o que dizer para essas crianças, jovens e adolescentes que tem esse sonho de seguir os passos do senhor?

Minha mãe falava assim: “Olha, estude, trabalhe, persista, sempre faça mais do que esperam de você, que você consegue chegar onde você quiser”. Então para você que tem esse sonho aí dentro, acredite no seu sonho, e sempre repita isso na sua cabeça: estude, trabalhe, persista. Sempre faça mais do que esperam de você. Tenho certeza que você vai realizar o seu sonho e vai ser muito feliz.

topo ↕

O PRESENTE - TEMPO REAL

UTFPR de Toledo oferta vagas para professores efetivos

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) campus Toledo está com inscrições abertas para o concurso público de provas e títulos para atuação no cargo de Magistério Federal, na categoria de professor do magistério superior classe A.

O cadastro deverá ser efetuado pela internet, por meio do site <http://portal.utfpr.edu.br/concursos>, até as 23 horas da próxima segunda-feira (14). Vale lembrar que o valor da inscrição para Professor do Magistério Superior, denominação “Adjunto A”, será de R\$ 240,00.

Oportunidade

É disponibilizada uma vaga na área da Ciência da Computação Redes e Sistemas Distribuídos, com os requisitos para o cargo de graduação em Ciência da Computação ou na área de Computação e Engenharia da Computação ou em outra Engenharia da área Engenharias IV, todos com doutorado obtido em programa de pós-graduação listado na Plataforma de Sucupira ou equivalente que venha a substituí-la na área de avaliação de Ciência da Computação ou Engenharias IV da **CAPES**.

Outra oportunidade é na área de Engenharia Elétrica Eletrônica Industrial, Sistemas e Controles Eletrônicos. O requisito para vaga é graduação em Engenharia Elétrica; Engenharia Eletrônica; Engenharia da Computação ou em outra Engenharia da área de Engenharias IV, todos com doutorado também obtido em programa de pós-graduação listado na Plataforma Sucupira ou equivalente que venha substituí-la na área de avaliação de Engenharias IV da **CAPES**.

Os interessados em mais informações podem acessar o Edital De Abertura – Concurso Público pelo site <http://portal.utfpr.edu.br/concursos/professores/toledo/edital-024-2018-cpcp-td/edital-024-2018-cpcp-td-professor-do-magisterio-federal-efetivo>. Há atendimento presencial no campus localizado na Rua Cristo Rei, 19, Vila Becker ou pelo telefone (45) 3379-6800.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Brasileiros farão doutorado pleno em Yale

Seis brasileiros de áreas biológicas e biomédicas terão financiamento da **CAPES** para cursar doutorado pleno na universidade de Yale, nos Estados Unidos. Os estudantes foram aprovados no programa **CAPES**-Yale, que divulgou resultado nessa terça-feira, 8. Confira o resultado.

Os selecionados vão estudar por até seis anos no Programa Combinado de Ciências Biológicas e Biomédicas (BBS), escola doutoral interdisciplinar que agrega oito especialidades, incluindo biologia computacional, genética e neurociência. Para custear suas atividades, os alunos recebem bolsa, passagens aéreas e auxílio para seguro-saúde.

Conforme informações da **CAPES**, o formato do BBS é diferente dos cursos brasileiros de pós-graduação, pois em Yale o orientador será escolhido apenas após uma série de atividades. No primeiro ano, os alunos estudam até três matérias por semestre e fazem de duas a quatro rotações de laboratório. Somente então será selecionado um orientador de tese no laboratório em que a pesquisa de doutorado será conduzida.

O objetivo do programa é formar a próxima geração de líderes científicos, que pratiquem convenções necessárias para chefiar pesquisas biológicas e biomédicas. Estão previstos encontros com pesquisadores experientes sobre temas como pós-graduação, gestão de laboratório de pesquisa ou como progredir de descobertas biomédicas básicas para avanços clínicos.

Durante o doutorado, os alunos também terão oportunidade de circular por todos os departamentos para fazer cursos, seminários e conhecer e o corpo docente em toda a Universidade de Yale.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 08.01.2019

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

A importância do EaD no ensino superior

O último Censo do Ensino Superior no Brasil, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação (MEC), revelou que o crescimento das matrículas, neste nível de ensino, se deu principalmente no setor privado. Por meio desse setor, as matrículas cresceram de 3,9 milhões em 2007 para 6,2 milhões em 2017, ao passo que o crescimento por via do setor público foi de 1,3 milhão para 2,1 milhões nesse mesmo período. Atualmente, o setor privado responde por 75,3% das matrículas.

Esse crescimento vem se verificando principalmente por meio do ensino a distância (EaD). Em 2007, 85% das matrículas eram presenciais, e apenas 15% no EaD; em 2017, a presença de ingressantes no EaD já corresponde a um terço das matrículas. E tudo leva a crer que, nos próximos dez anos, a contribuição do EaD para a expansão do ensino superior no país será ainda maior.

Todavia, acredito que, num futuro próximo, os sistemas de ensino superior partirão cada vez mais para uma oferta de cursos híbridos, combinando disciplinas presenciais com outras através da modalidade a distância. O que isso significa: menos qualidade, custos mais acessíveis, menos tempo na universidade, mais flexibilidade curricular? Para mim, são apenas sinais dos tempos. O acesso ao conhecimento não está mais necessariamente restrito a uma sala de aula com um professor presencial, mas se dá também por meio de diferentes canais.

Alguns estudos mostram que esse modelo híbrido preserva a qualidade da oferta, desde que tais disciplinas a distância tenham qualidade tecnológica, tutores bem treinados e pagos, além de material didático de boa qualidade. É importante também ressaltar que a qualidade por si só não está garantida pelo fato de ser presencial. Hoje, boa parte dos alunos tem fortes críticas a aulas presenciais pouco atrativas e criativas. O desafio das instituições que oferecem esse modelo híbrido é construir uma estrutura de curso harmônica, integrando as atividades presenciais e a distância.

A recente portaria publicada pelo MEC é um forte incentivo para esse modelo híbrido, que permite que os cursos de graduação presenciais possam ofertar até 40% das aulas a distância. A medida não vale para cursos das áreas de saúde e de engenharia. Para assegurar a qualidade da oferta, a instituição de ensino superior deve cumprir alguns requisitos, como estar credenciada junto ao MEC nas modalidades presencial e a distância e ter um conceito institucional (CI) igual ou superior a 4. O curso que terá parte das aulas a distância deve ter conceito de curso (CC) igual ou superior a 4. Ambos os conceitos são calculados a partir de avaliações do MEC e seguem uma escala que vai de 1 a 5. A instituição deve ainda ter um curso de graduação na modalidade a distância com CC igual ou superior a 4. Esse curso deve ser equivalente – ou seja, ter a mesma denominação e grau – a um dos cursos presenciais ofertados pela instituição. Para as instituições que não cumprem esses requisitos, o limite da oferta de EaD em cursos presenciais segue sendo de até 20% da carga horária total do curso.

Uma coisa é certa: o país vai precisar fazer um grande esforço até 2024 para expandir com qualidade a oferta de ensino superior – um esforço maior do que fez até aqui –, caso queira efetivamente cumprir o que está posto na meta 12 do Plano Nacional de

Educação (PNE): chegar a 33% de jovens entre 18 e 24 anos nessa etapa da educação. E o ensino a distância pode ser um instrumento importante para esse fim, desde que a sua qualidade seja assegurada.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Câmara dos Deputados lança plataforma educativa Flux

Página ensina de forma dinâmica e inclusiva temas sobre a democracia e a importância do Legislativo

A Câmara dos Deputados lançou, no site da Escola Virtual de Cidadania, a plataforma educativa Flux, que oferece conteúdos sobre temas voltados à educação para democracia. A página reúne textos, imagens, vídeos e podcasts.

A plataforma pretende favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, bem como o funcionamento da Câmara e as atividades dos deputados. Entre os temas já disponíveis, estão “O papel das leis” e a “Inclusão de pessoas com deficiência no contexto da educação e do trabalho”. Em breve, serão lançados conteúdos sobre a participação e a representação políticas, valores democráticos e de coletividade.

Acessibilidade

Todos os conteúdos do Flux estão sendo desenvolvidos, em sua origem, para serem acessíveis a pessoas com deficiências visual e auditiva. A proposta é que não sejam necessários processos de adaptação posterior para que cidadãos surdos e cegos possam ter acesso aos temas. Mais do que o simples acesso, a plataforma tem sido pensada para proporcionar experiências equivalentes a todos os usuários, independentemente de suas limitações.

Esse design passa pelo desenvolvimento de programação compatível com leitores de tela para cegos, criação de audiodescrição para as imagens, produção de vídeos com intérpretes de libras, inserção de legendas nos conteúdos audiovisuais, desenho de soluções para que recursos como jogos e podcasts possam ser inclusivos para essas pessoas.